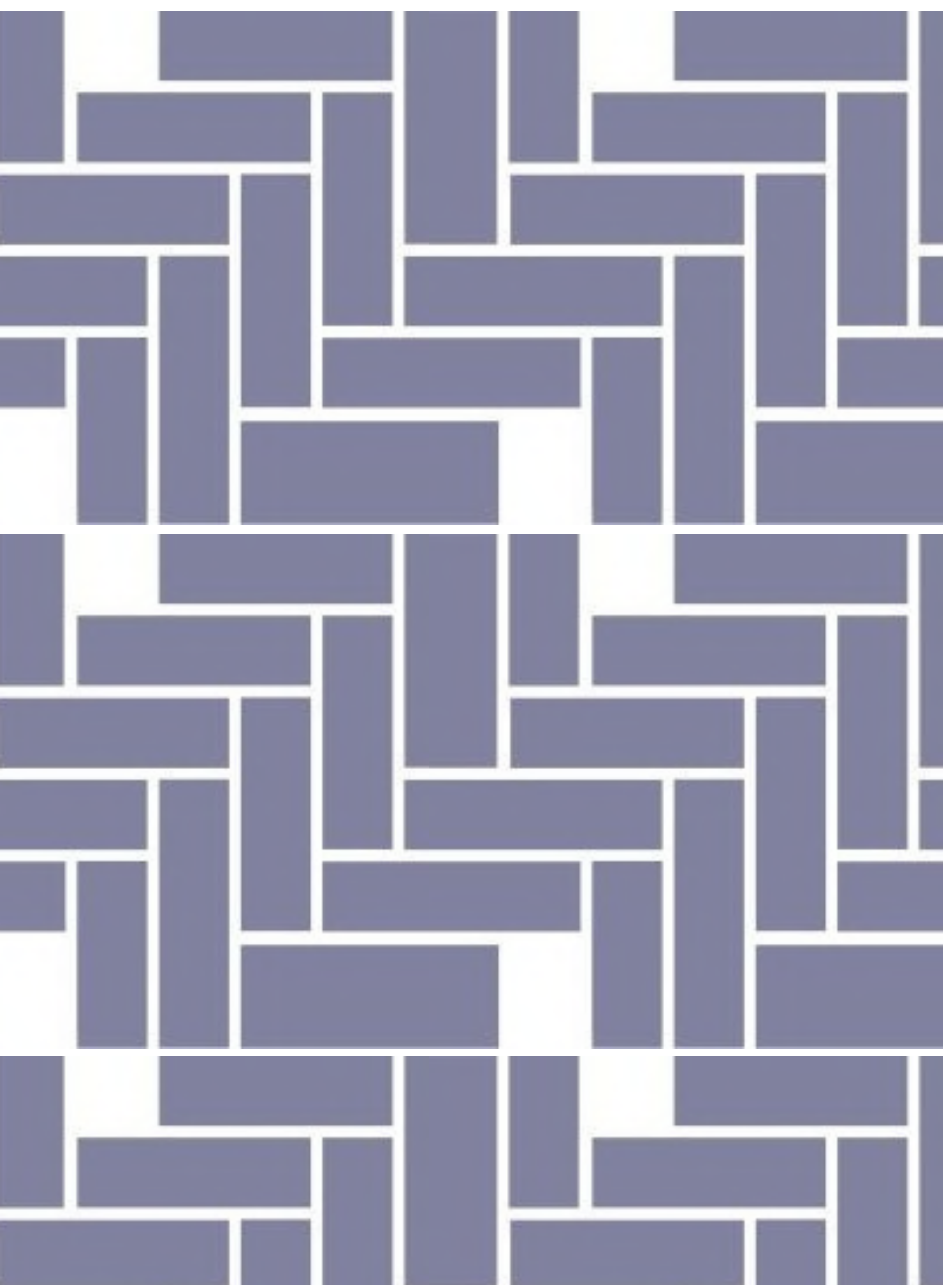
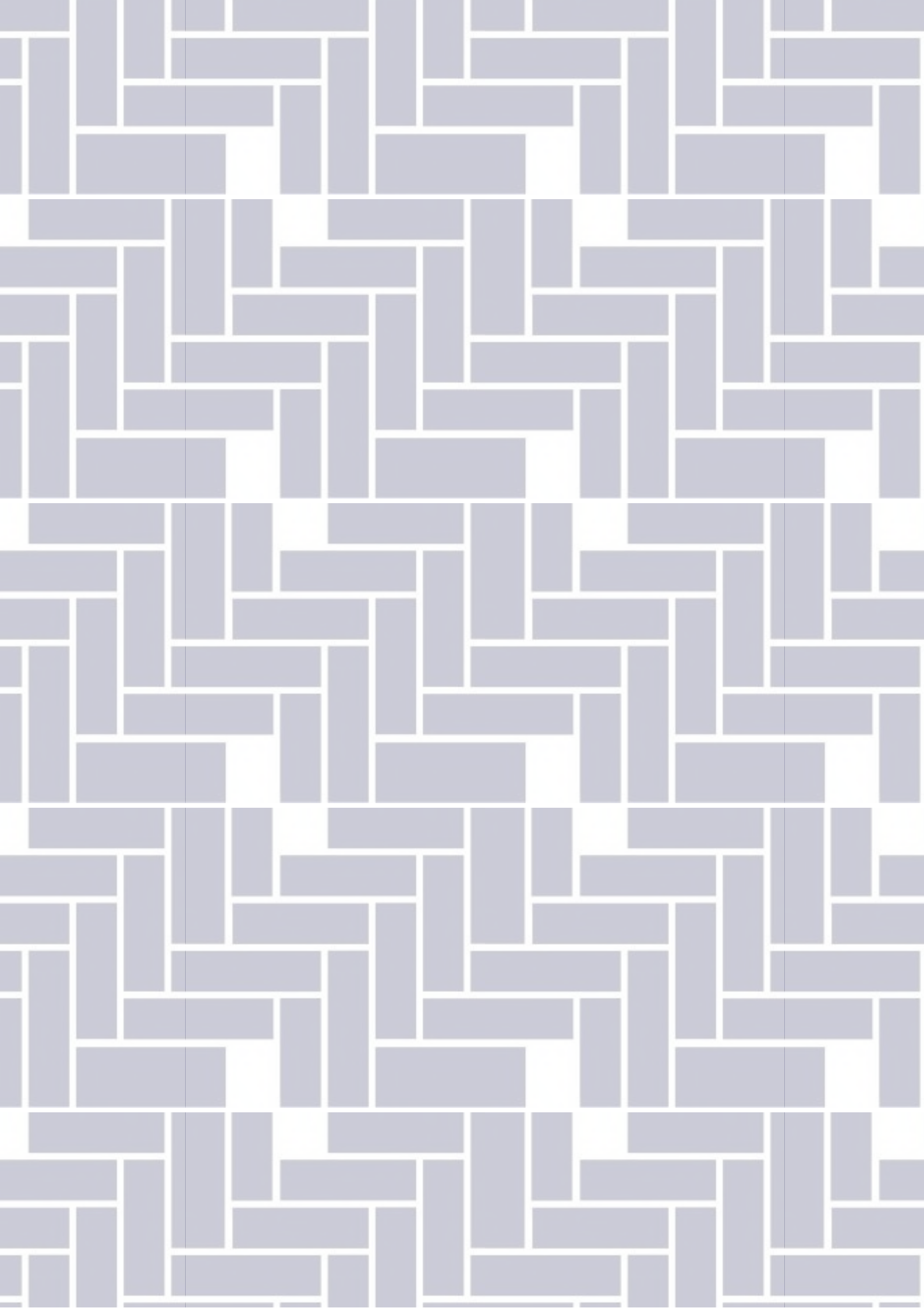


Relatório Anual

56ª LEGISLATURA | 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
PRESIDENTE: LEÔNIDAS CRISTINO (PDT-CE)

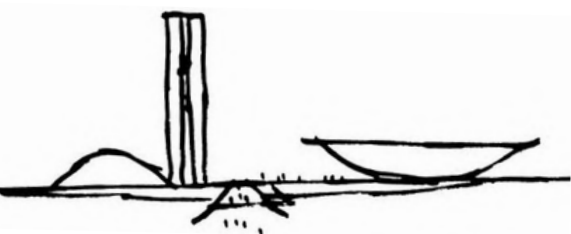
2020





Sumário

| | |
|---|-----------|
| Apresentação | 04 |
| Membros Titulares | 05 |
| Membros Suplentes | 09 |
| CTASP em Números | 12 |
| Eventos | 13 |
| Proposições | 14 |
| Destaques da CTASP | 15 |
| Proposições | 16 |
| Audiências Públicas | 33 |
| Comparecimento de Ministros e Seminários | 41 |
| Projetos de Lei apreciados | 44 |
| Audiências Públicas | 66 |
| Comparecimento de Ministros e Seminários | 73 |
| Outros Eventos | 78 |
| Equipe Técnica | 79 |



Mensagem do *presidente*

Deputado Leônidas Cristino

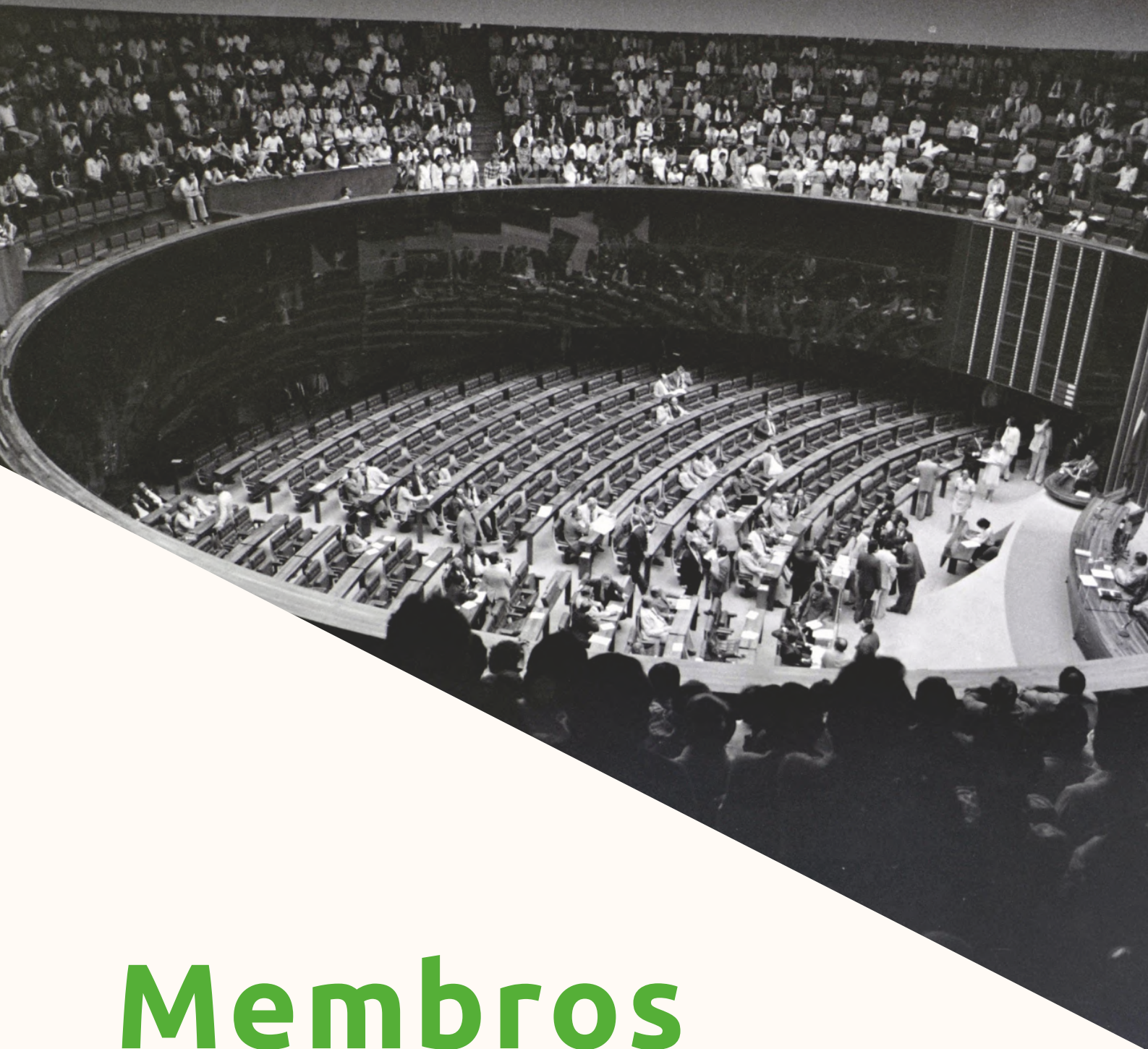
O ano de 2022 foi marcado por grandes desafios, particularmente para as comissões na Câmara dos Deputados. Por um lado, as graves crises política, econômica e social do País — assinaladas por descrédito das representações políticas, enfraquecimento das instituições, aprofundamento das desigualdades e divisão da sociedade pela intolerância — repercutiram intensamente no Parlamento. Por outro lado, estávamos saindo de um momento de isolamentos, uma transição que exigiu grande esforço para reorganização dos trabalhos e retomada da normalidade das reuniões e eventos presenciais depois da pandemia. Uma conjuntura complexa e delicada em meio à atipicidade característica de um ano de eleições gerais.

Neste contexto, assentados nos princípios democráticos que asseguram a representação e a diversidade de posições programáticas e ideológicas, respeitando a Constituição e o Regimento da Casa,

buscamos aprofundar o processo legislativo, incentivar o diálogo e ampliar a participação da sociedade como um todo, promovendo debates e enriquecendo as bases para formulação e aprimoramento de políticas públicas vitais para o País.

Em números, o esforço compartilhado pelos membros do colegiado pode ser traduzido pela realização de 71 eventos, entre audiências, seminários e outras reuniões. Além disso, foram apreciados 116 Projetos de Lei e 103 requerimentos no ano de 2022.

Assim, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público encerra as suas atividades com um resultado profícuo que a qualifica para enfrentar os desafios de um novo exercício em que se vislumbram profundas mudanças para o País e uma nova legislatura do Parlamento brasileiro de intensos debates sobre temas estratégicos do mais elevado interesse da vida nacional.



Membros *Titulares*

Mesa Diretora da Comissão em 2022



LEÔNIDAS CRISTINO (PDT-CE)
PRESIDENTE

MAURO NAZIF (PSB-RO)
1º VICE-PRESIDENTE



BOHN GASS (PT-RS)
2º VICE-PRESIDENTE

COMPOSIÇÃO AO TÉRMINO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA EM 2022



ANDRÉ FIGUEIREDO
(PDT-CE)



AUGUSTO COUTINHO
(REPUBLIC-PE)



BIRA DO PINDARÉ
(PSB-MA)



BOHN GASS
(PT-RS)



CARLOS VERAS
(PT-PE)



DANIEL ALMEIDA
(PCDOB-BA)



ERIKA KOKAY
(PT-DF)



HÉLIO COSTA
(PSD-SC)



LEONARDO MONTEIRO
(PT-MG)



LEÔNIDAS CRISTINO
(PDT-CE)



LUIZ CARLOS MOTTA
(PL-SP)



MAURO NAZIF
(PSB-RO)



PAULO RAMOS
(PDT-RJ)



ROBERTO DE LUCENA
(REPUBLIC-SP)



ROGÉRIO CORREIA
(PT-MG)



TIAGO MITRAUD
(NOVO-MG)



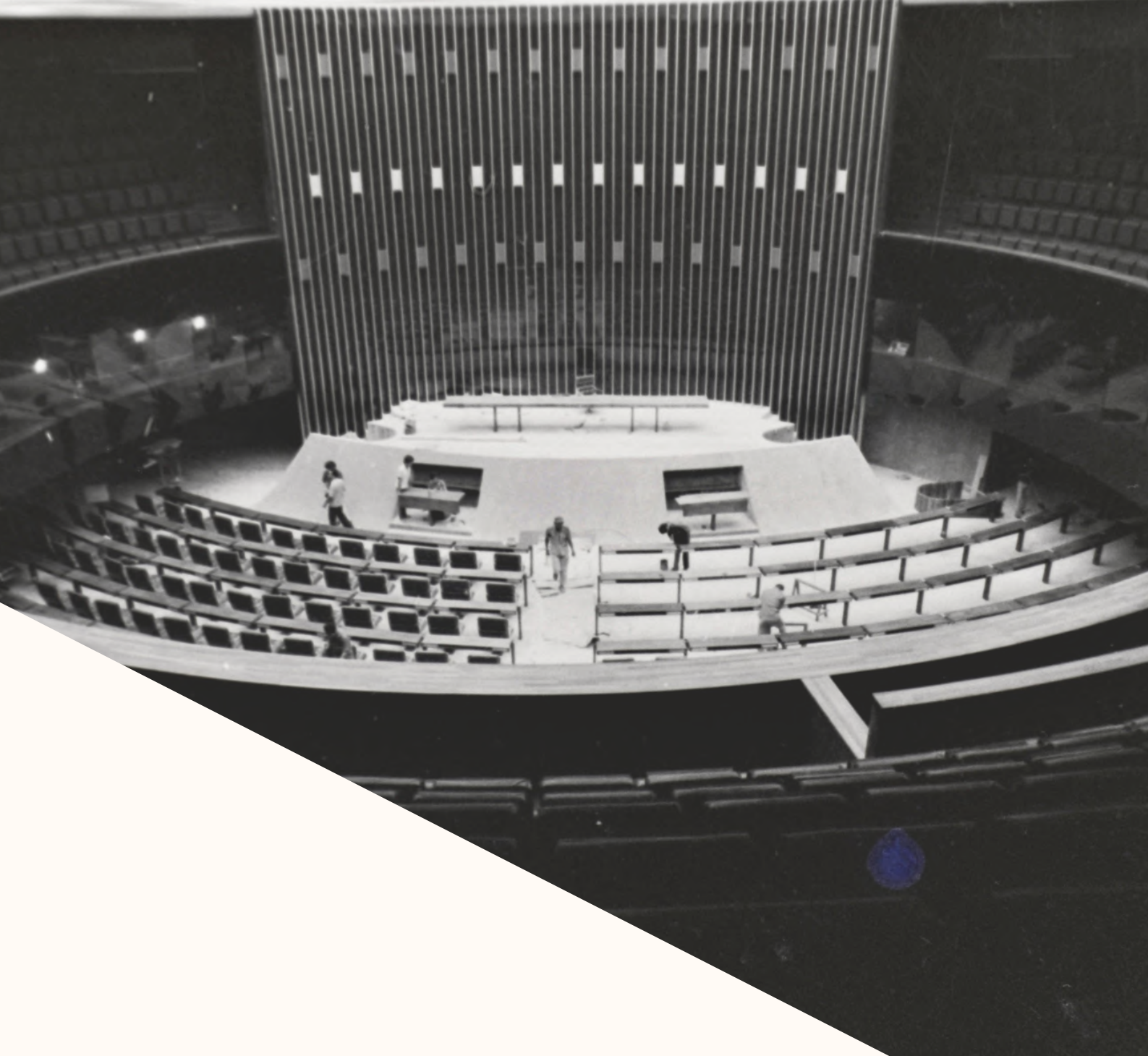
TÚLIO GADÊLHA
(REDE-PE)



VICENTINHO
(PT-SP)



WOLNEY QUEIROZ
(PDT-PE)



Membros *Suplentes*

COMPOSIÇÃO AO TÉRMINO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA EM 2022



**AFONSO MOTTA
(PDT-RS)**



**ALICE PORTUGAL
(PCDOB-BA)**



**ALEXIS FONTEYNE
(NOVO-SP)**



**DEL. ANTÔNIO FURTADO
(UNIÃO-RJ)**



**SORAYA MANATO
(PTB-ES)**



**FERNANDA MELCHIONNA
(PSOL-RS)**



**FLÁVIA MORAIS
(PDT-GO)**



**HEITOR SCHUCH
(PSB-RS)**



**JONES MOURA
(PSD-RJ)**



**LUCAS GONZALEZ
(NOVO-MG)**



**LUCAS VERGILIO
(SD-GO)**



**MARCON
(PT-RS)**



**MARCOS SOARES
(UNIÃO-RJ)**



**NEUCIMAR FRAGA
(PP-ES)**



**PAULINHO DA FORÇA
(SD-SP)**



**POMPEO DE MATTOS
(PDT-RS)**



**PROF. ISRAEL BATISTA
(PSB-DF)**



**PROFESSORA MARCIVÂNIA
(PCDOB-AP)**



**SANDERSON
(PL-RS)**



**SILVIO COSTA FILHO
(REPUBLIC-PE)**

CTASP em *números*



01

REUNIÃO DE
INSTALAÇÃO E
ELEIÇÃO DA MESA

20

REUNIÕES
DELIBERATIVAS

25

AUDIÊNCIAS
PÚBLICAS

05

COMPARECIMENTO DE
MINISTROS E SEMINÁRIOS

20

MESAS REDONDAS E
REUNIÃO TÉCNICA

116

PROJETOS DE LEI
APRECIADOS

97

APROVADOS

19

REJEITADOS

103

REQUERIMENTOS
APRECIADOS

*não houve requerimentos rejeitados

Destiques da CTASP



Proposições na CTASP

10/05/22

Projeto propõe alterações na Lei Geral de Proteção de Dados para assegurar maior transparência

O **Projeto de Lei 3101/2021** altera a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais e o direito à privacidade, para impedir que a norma seja utilizada de forma a dificultar o acesso a informações de funcionários públicos ou funcionários privados que gerenciem recursos públicos. A proposta, de autoria da deputada Adriana Ventura (NOVO-SP), foi aprovada na Comissão de Trabalho.

O projeto pretende incluir na LGPD “a garantia de acesso a informações públicas, em especial sobre agentes públicos no exercício de suas funções.” E estabelece que o tratamento de dados pessoais pelo Poder Público deve cumprir as obrigações previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI).

O relator, deputado Tiago Mitraud (NOVO/MG), apresentou parecer favorável ao projeto. “É preciso elucidar o alcance da norma com vistas a reprimir qualquer tentativa equivocada de esquivar-se da obrigação de prestar informações”, afirmou.

Já a deputada Érika Kokay (PT/DF) expôs a preocupação de que o PL possa alimentar uma “lógica de que servidores e servidoras não servem ao país”. Ela ressaltou a importância desses agentes, que asseguram políticas públicas e não devem ser vistos como inimigos.

24/05/22

Linguagem simples em órgãos públicos é tema de Projeto de Lei aprovado na CTASP



O relator foi pela aprovação do projeto, mas sugeriu melhorias

O **Projeto de Lei 6256/2019**, aprovado na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades públicas. A proposição obriga o poder público a transmitir informações de maneira simples e objetiva, facilitando a compreensão de todos os atos praticados.

O projeto estabelece que a administração pública deve obedecer alguns parâmetros para a aplicação da Lei, entre eles: evitar o uso de jargões e palavras estrangeiras; evitar o uso de termos técnicos e explicá-los quando for necessário o seu uso; usar elementos não textuais, como imagens, tabelas, gráficos, animações e vídeos, de forma complementar.

Os autores Erika Kokay (PT/DF) e Pedro Augusto Bezerra (PTB/CE) apresentam na justificativa do projeto a premissa de que “o usuário não possui conhecimento suficiente para entender os termos técnicos e o contexto para utilizá-los, necessitando do máximo possível de esclarecimento.” Para Kokay, o projeto é um elemento fundamental à acessibilidade e pode assegurar maior transparência. “É preciso construir uma sociedade que ninguém se sinta à margem dela”, afirmou a deputada.

O relator do PL, deputado Vicentinho (PT/SP), apresentou parecer favorável à aprovação da matéria, acatando algumas sugestões de seus pares que aperfeiçoaram o projeto.

14/06/22

Proposta exige que o Estado notifique dívidas que tenha com os cidadãos

O **Projeto de Lei 804/2021**, da Deputada Rosana Valle (PSB/SP), estabelece o dever de órgãos e entidades públicas em informar o cidadão sobre a existência de valores devidos pelo Estado em seu favor, e estabelecer prazo para reembolso.

De acordo com o projeto, o órgão terá 30 dias para notificar a pessoa, em caso de atraso, a multa será de 0,2% ao mês. “Ressaltamos que não se pretende aqui criar a obrigatoriedade do Estado de monitoramento sistemático de possíveis créditos, mas sim que, quando identificado por este, haja notificação obrigatória ao particular”, afirmou o relator do projeto, deputado André Figueiredo (PDT/CE).

Para a autora da matéria, a burocracia estatal impede que as pessoas busquem ressarcimento de seu patrimônio. Este impasse faz com que o Estado enriqueça “ilicitamente com a apropriação indevida desses valores”.

O parecer do relator promoveu alterações no texto original, a pedido do partido Novo. Com as mudanças, a matéria foi aprovada como Lei própria, e não mais como um artigo da Lei de Acesso a Informação, como consta no projeto original.



Texto aprovado é substitutivo de Figueiredo

Billy Boss/Câmara dos Deputados



Billy Boss/Câmara dos Deputados

Rogério Correia, relator da proposta

05/07/22

Comissão de Trabalho aprova jornada de 30 horas semanais para psicólogos

O **Projeto de Lei 1214/2019**, de autoria das deputadas Erika Kokay (PT/DF) e Natália Bonavides (PT/RN), estipula jornada de trabalho de 30 horas semanais para psicólogos. O texto é incluído na Lei nº 4.119 de 1962, que "dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo". O PL também estipula que é vedada a redução de salário aos profissionais.

De acordo com dados do CNES/DATASUS de 2014, apresentados pelas autoras, 74% dos psicólogos da esfera privada trabalham em uma jornada menor ou igual a 30 horas semanais.

Alice Portugal (PCdoB/BA) argumentou que "a Organização Mundial de Saúde recomenda a jornada de 30 horas porque cuidar de gente envolve também um processo de extenuação e de desenvolvimento de doenças ocupacionais".

O relator, Rogério Correia (PT-MG), votou pela aprovação do projeto, com emenda, e pela rejeição do PL nº 455/2020, apensado. Correia disse que a redução de jornada é assegurada pela constituição, que garante o direito ao trabalho e à saúde. "Sem dúvida alguma que se trata de um labor desgastante e que merece, quanto à sua duração, o devido equacionamento", argumentou o deputado.

Tiago Mitraud e Alexis Fonteyne, do partido Novo, apresentaram voto contrário ao projeto.

05/07/22

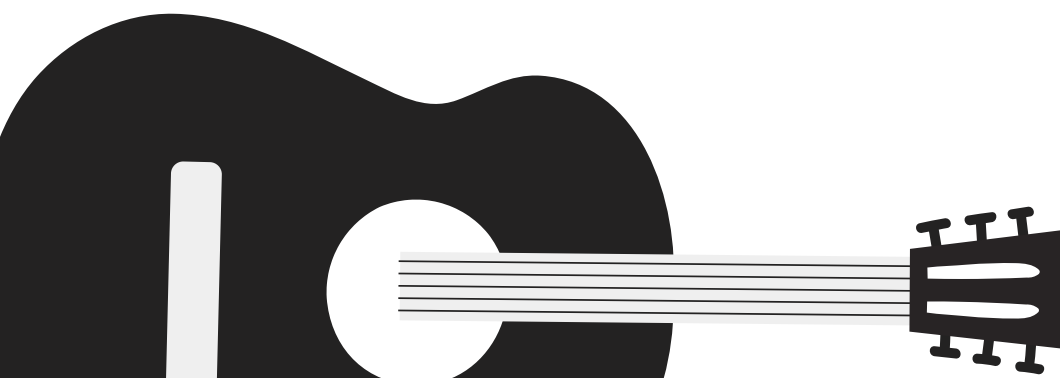
Projeto que regulamenta a profissão de musicoterapeuta é aprovado na Comissão de Trabalho

O **Projeto de Lei 6379/2019** regulamenta a profissão de musicoterapeuta, atividade que utiliza a música e seus elementos para intervenção terapêutica no ambiente médico. A proposição é de autoria da deputada Marília Arraes (PT/PE).

De acordo com o PL, podem exercer a profissão os graduados e pós-graduados em Musicoterapia e aqueles que atuam na profissão há cinco anos, a partir do início da vigência da Lei. “O exercício da profissão de musicoterapeuta não pode ser exercido sem a devida qualificação”, afirmou o relator do projeto, deputado Paulo Ramos (PDT/RJ).

Para o deputado Alexis Fonteyne (NOVO/SP), a regulamentação pode causar o cerceamento da profissão por aqueles que sabem realizar a atividade: “(...) agora quem não estiver regulamentado está fora da lei”. O deputado Túlio Gadelha (REDE/PE), por sua vez, afirmou que o partido Novo “quer acabar com a regulamentação de profissões necessárias para o nosso país”. “A gente não pode dizer que uma profissão não pode ser exercida por um profissional sem as qualificações técnicas”, disse.

O parecer do relator foi pela aprovação integral do projeto. “O exercício profissional da musicoterapia já está reconhecido nacionalmente, sendo fundamental em equipes multidisciplinares voltadas, em especial, ao tratamento da saúde física e mental das pessoas”, afirmou Paulo Ramos.



12/07/22

Projeto de Lei regulamenta a profissão de técnico em nutrição

O **Projeto de Lei 5056/2013**, da deputada Erika Kokay (PT/DF), regulamenta a profissão de técnico em nutrição e dietética. O projeto estabelece exigências legais para o exercício da profissão, como comprovar conclusão do ensino médio ou curso profissionalizante. A proposta também altera a Lei dos Conselhos de Nutrição para garantir a participação proporcional dos técnicos nutricionistas.

O PL recebeu sugestões do Conselho Federal de Nutricionistas, que foram incorporadas e aprovadas na forma de substitutivo, apresentado pelo relator Mauro Nazif (PSB/RO). De acordo com as alterações, o curso profissionalizante de que trata o texto deverá ter carga mínima de 800 a 1500 horas/aula. E aos profissionais fica assegurado o exercício da profissão para quem atua há pelo menos 12 meses como nutricionista, a partir da data de publicação do projeto.

De acordo com Mauro Nazif, os técnicos nutricionistas ocupam “cada vez mais posições no mercado de trabalho, em diversos setores da atividade econômica e de prestação de serviços à sociedade, em prol da saúde pública”, de forma que a regulamentação da profissão se revela meritória.



Para Nazif, a nutrição melhora a qualidade de vida das pessoas

12/07/22

Comissão de Trabalho rejeita proposta que interfere na jornada de trabalho dos comerciários

O relator optou por rejeitar o projeto



O **Projeto de Lei 6.603/2019**, do deputado Paulo Ganime (NOVO-RJ), pretendia adequar a jornada de trabalho dos comerciários à dos trabalhadores em geral, mas foi rejeitada pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP). A proposta alteraria a Lei 12.790/2013, que regulamenta a profissão de comerciário.

A legislação de 2013 estabelece que a jornada normal de trabalho dos empregados no comércio é de 8 horas diárias e 44 semanais e só pode ser alterada por convenção ou acordo coletivo de trabalho. Também admite jornada de 6 horas diárias para o trabalho realizado em turnos de revezamento. A proposta do deputado do NOVO é que a jornada não excederá 8 horas, “desde que não seja estabelecido outro limite em lei, acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho”, afirmou Paulo Ganime.

O relator, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP), optou pela rejeição da proposta de Ganime porque, de acordo com ele, blindar processos de negociação garante a segurança da categoria. “O presente Projeto de Lei é mais uma tentativa de colocar o trabalhador de forma isolada diante do seu empregador num cenário de recessão que ainda enfrentamos por causa da pandemia”, argumentou.

02/08/22

Projeto de Lei prevê extinção do contrato de trabalho doméstico em caso de morte do empregador

A Comissão de Trabalho aprovou o **Projeto de Lei 5864/2019**, que prevê a extinção do contrato em caso de morte do empregador doméstico. A proposta, de autoria do deputado Luiz Lima (PL-RJ), altera a Lei da PEC das Domésticas.

A proposição pretende assegurar ao trabalhador doméstico o recebimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, o aviso prévio indenizado e o seguro-desemprego na hipótese de morte do empregador. De acordo com a matéria, o contrato de trabalho pode se manter no caso de continuidade da prestação de serviços na mesma unidade familiar, com atualização dos registros contratuais pelo novo empregador.

A relatora do projeto, deputada Flávia Morais (PDT-GO), acredita que a relação de trabalho doméstico é seriamente afetada com a morte do empregador. “A natureza pessoal do vínculo pode fazer com que o empregado tenha que aguardar o desfecho de inventário para receber direitos trabalhistas”, afirmou.



Flávia Morais: A falta de previsão legal sobre os efeitos da morte do empregador precisa ser enfrentada

André Figueiredo defende inclusão de motoristas de itinerários não fixos

09/11/22

Projeto altera Lei do Caminhoneiro para incluir motoristas de transporte público

O **Projeto de Lei 1651/2019**, aprovado na Comissão de Trabalho, altera o artigo 235-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que dispõe sobre a profissão de motorista. O objetivo da matéria, de autoria do senador Acir Gurgacz (PDT/RO), é abranger os profissionais empregados em empresas de transporte público coletivo urbano.

O relator do projeto, deputado André Figueiredo (PDT/CE), apresentou parecer favorável na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Viação e Transporte (CVT). A nova redação proposta pela CVT inclui os motoristas profissionais de itinerários não fixos, categoria que engloba os profissionais de empresas de turismo. Foi observado que o texto original do PL retiraria desses profissionais os direitos adquiridos em 2015 pela Lei do Caminhoneiro.

“A exclusão de apenas uma categoria de profissionais, privando-a de direitos já em fruição desde 2015, deve ser atribuída a algum equívoco de transcrição dos beneficiários”, afirmou o relator da matéria.



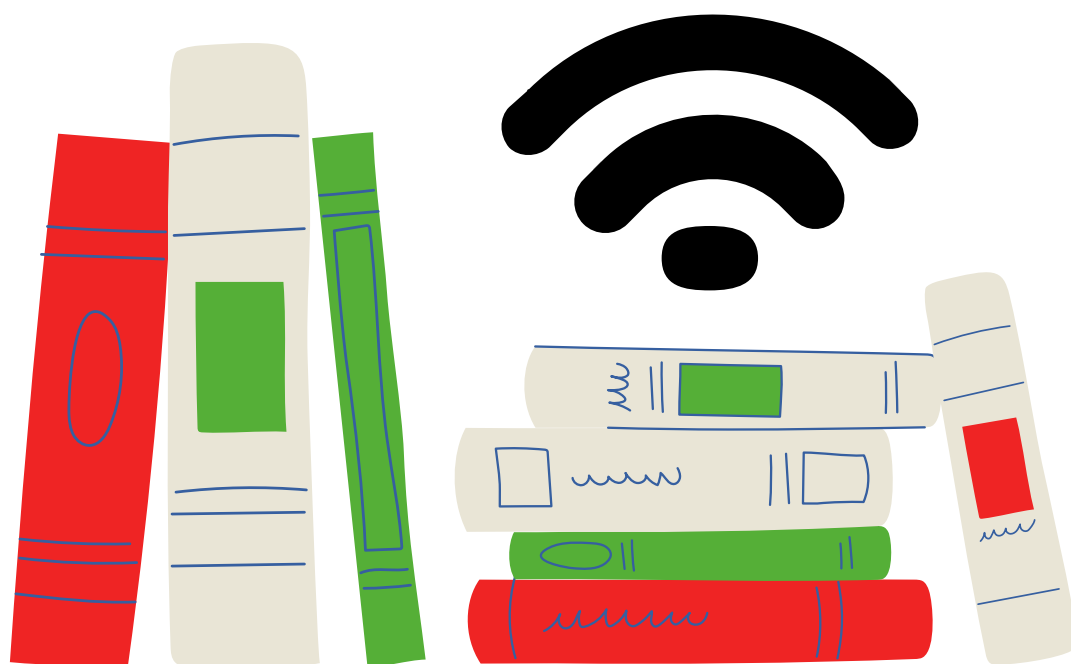
23/11/22

Projeto de lei prevê conexão Wi-Fi gratuita em todas as bibliotecas públicas do país

O **Projeto de Lei 2657/2019** torna obrigatório o fornecimento de wi-fi gratuito em todas as bibliotecas públicas mantidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A proposta, do deputado Célio Studart (PV-CE), exige que a conexão wi-fi tenha qualidade suficiente para permitir que estudantes e usuários em geral possam desempenhar suas atividades com fluidez. De acordo com a matéria, o Poder Público poderá realizar parcerias com o setor privado para fornecer o acesso.

O parecer do relator, deputado André Figueiredo (PDT-CE), foi favorável à medida. Figueiredo acrescenta que a internet possibilita o acesso a outros recursos, mas também pode acirrar a exclusão social. Para ele, é dever do Estado promover a inclusão digital e a democratização do acesso às tecnologias. “Estes locais podem contribuir para a diminuição da exclusão digital existente, ampliando a quantidade de fontes de informações para os usuários fazerem suas pesquisas”, disse.



30/11/22

Comissão de Trabalho aprova projeto que regulamenta a profissão de educador social

O **Projeto de Lei 2941/2019**, do senador Telmário Mota (PDT/RR), regulamenta a profissão de educador social. De acordo com a matéria, é atribuído aos profissionais ações de educação que envolvam os direitos humanos, a justiça social e o exercício da cidadania com pessoas de qualquer origem, prioritariamente aqueles em vulnerabilidade social.

O relator, deputado Afonso Motta (PDT-RS), recomendou a aprovação da proposta. Segundo ele, falta segurança jurídica aos profissionais, “para que tenham o respaldo e o suporte que lhes garantam, inclusive, o equilíbrio psicológico que tanto precisam manter para atuar de modo eficiente, mesmo diante dos enormes desafios sociais com os quais têm de lidar cotidianamente”.

A proposta exige a qualificação de nível superior para exercer a profissão pelo período de até 10 anos. Será admitida a formação em cursos de nível médio ou superior em áreas correlatas à profissão e em processos formativos que se desenvolvem na convivência humana, no trabalho e na vida familiar, nas instituições de ensino e pesquisa, nas manifestações culturais.



Afonso Motta apresentou parecer favorável com complementação de voto

Billy Boss/Câmara dos Deputados

30/11/22

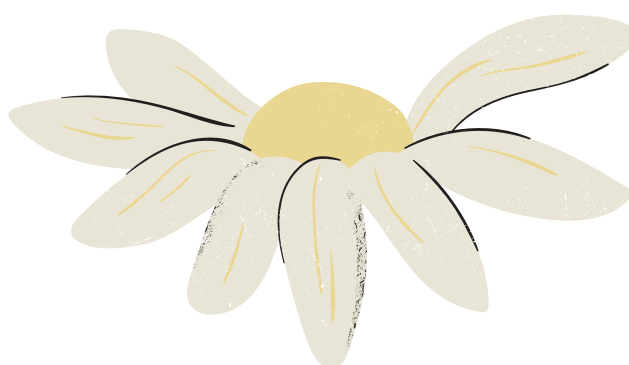
Projeto de Lei cria política de atenção a pessoas com imunodeficiência primária

A Imunodeficiência Primária é uma doença genética que afeta as células de defesa, tornando o organismo mais suscetível a infecções. O **Projeto de Lei 1778/2020**, da deputada Erika Kokay (PT/DF), cria a Política Nacional de Atenção Integral às Imunodeficiências Primárias.

A matéria assegura uma série de direitos às pessoas afetadas, como assistência farmacêutica, atendimento prioritário, atendente pessoal no Sistema Único de Saúde (SUS). Também prevê atendimento educacional aos estudantes com imunodeficiência afastados por questões de saúde.

O texto original garantia estabilidade no trabalho, com redução da jornada para pessoas com imunodeficiência. Contudo, o relator do projeto, deputado Heitor Schuch (PSB/RS), acredita que tal medida poderia dificultar o acesso dessas pessoas ao mercado de trabalho. “O dispositivo, novamente, é bem-intencionado, mas poderia resultar em fechamento do mercado de trabalho pelos custos adicionais impostos ao contrato de trabalho”, disse.

O PL também estabelece a criação de centros de referência para cuidado, banco de informação para auxiliar o atendimento, além da qualificação de todos os níveis de atenção à saúde para o cuidado da pessoa com imunodeficiência e o incentivo à capacitação de profissionais de saúde para o diagnóstico precoce.



30/11/22

Projeto garante seguro desemprego a pequenos produtores afetados por eventos climáticos

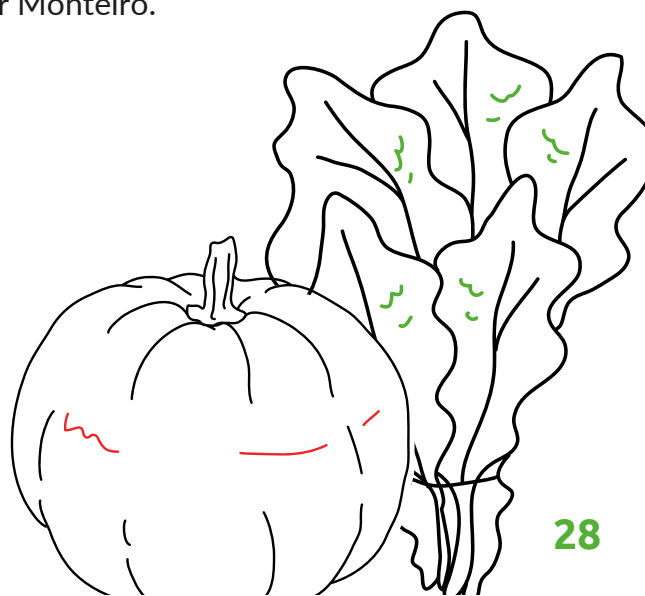
A Comissão de Trabalho aprovou o **Projeto de Lei 527/2020**, de autoria do deputado Jerônimo Goergen (PP-RS). O projeto criou o programa Chapéu de Palha Nacional, que garante seguro-desemprego ao agricultor ou extrativista rural impedido de exercer sua atividade em decorrência de entressafra, eventos climáticos adversos, e estado de emergência ou calamidade pública.

O texto exige que os trabalhadores nessa situação não recebam nenhuma outra renda ou benefício (exceto auxílio acidente e pensão por morte), sejam filiados à Previdência Social como segurados especiais e exerçam sua atividade individualmente ou em regime de economia familiar. Conforme a proposta, é assegurado seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo, durante o período de emergência.

Aos beneficiários do programa, serão oferecidos cursos de saúde preventiva, economia familiar, meio ambiente, geração de renda, cidadania e reforço alimentar. O objetivo é oferecer alfabetização e capacitação na ausência de trabalho.

“Trata-se de garantir minimamente os direitos mais elementares de alimentação, sobrevivência e dignidade para os trabalhadores que deles se vêm involuntariamente privados por motivos de força maior associados a causas naturais”, afirmou Leonardo Monteiro (PT/MG), relator do projeto.

O texto foi aprovado como substitutivo apresentado por Monteiro.



07/12/22

Projeto de Lei regulamenta a profissão de carnaubeiro

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público aprovou o **Projeto de Lei 1894/2022**, de autoria do deputado Leônidas Cristino (PDT/CE), que regulamenta a profissão de carnaubeiro. De acordo com a matéria, considera-se carnaubeiro o profissional que explore o extrativismo da palha da carnaúba e do feitio da cera da planta. Dentre as atribuições do carnaubeiro, descritas no texto do PL, está a retirada das folhas presas entre as árvores; a organização da palha da carnaúba e transporte para o lastro; separação das palhas que serão trituradas; preparo da cera de carnaúba.

A carnaúba é uma palmeira endêmica do semiárido da Região Nordeste do Brasil e árvore símbolo dos Estados do Ceará e do Piauí. É conhecida como "árvore da vida" pelos nordestinos, pois todas as suas partes são de utilidade ao homem, desde a raiz aos frutos.

De acordo com o autor do projeto, é importante formalizar a profissão para garantir direitos mínimos, como a aposentadoria, para os extrativistas. Para ele, o objetivo da regulamentação é "resgatar uma enorme dívida social para com esses trabalhadores, que padecem grandes agruras no ambiente de trabalho adverso na caatinga nordestina".

O relator, deputado Carlos Veras (PT/PE), aprovou a proposta com emenda, que estabelece que o carnaubeiro que trabalha individualmente ou em regime de economia familiar tem direito à Previdência Social na condição de segurado especial.



14/12/22

Comissão aprova novas regras sobre a contratação de trabalhadores no exterior

O Projeto de Lei aprovado promove alterações na Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, que “dispõe sobre a situação de trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior”.

Para o relator do projeto, deputado Alexis Fonteyne (Novo/SP), a legislação atual é insuficiente e até prejudicial aos empregados e empregadores. “Os obstáculos colocados pela legislação interna à internacionalização de nosso mercado de trabalho retiram competitividade de nossa mão de obra e também das empresas brasileiras que precisam se integrar ao mercado internacional”, afirmou.

Uma das alterações propostas pela matéria é a suspensão do contrato de trabalho no Brasil durante o período de atividade no exterior. A remuneração do empregado e todos os encargos trabalhistas e previdenciários poderão ser feitos pela empresa sediada no exterior.

Outra inovação do PL é a possibilidade de transferência definitiva do prestador de serviços no exterior após sua permanência por prazo superior a 3 anos. Nesse caso, o contrato de trabalho no Brasil será rescindido, o empregado deverá ser contratado no exterior e a empresa de origem fica desobrigada de pagar ou recolher qualquer outro encargo decorrente da relação empregatícia extinta.

O texto foi aprovado na forma de um substitutivo apresentado pelo relator do projeto.



14/12/22

Comissão aprova projeto que regulamenta a profissão de conservador-restaurador de bens culturais

O **Projeto de Lei 1183/2019**, de autoria da deputada Fernanda Melchionna (Psol/RS), regulamenta a profissão de conservador-restaurador e técnico em restauração-conservação de bens culturais. O texto define bem cultural como aquele que, por seu valor histórico, documental ou artístico deve ser preservado.

A proposta prevê que o exercício da profissão só é permitido aos diplomados em curso superior de conservação e restauração de bens culturais, no Brasil ou no exterior. No caso de técnicos em conservação, o exercício profissional é permitido aos que tenham concluído curso de nível médio ou técnico na área. Aos que não possuem a escolaridade técnica exigida, é necessário comprovar atuação na área há mais de 5 anos.

O projeto foi aprovado como substitutivo da relatora Erika Kokay (PT/DF). O texto faz uma diferenciação entre bens culturais móveis e integrados e muda de 3 para 5 anos o prazo exigido para o exercício da profissão.



Erika Kokay, relatora do projeto



14/12/22

Comissão aprova licença parental de 180 dias para mães e pais

O **Projeto de Lei 1974/2021** dispõe sobre a parentalidade no Brasil e estabelece 180 dias de licença parental remunerada para mães, pais ou pessoa de referência da criança ou do adolescente, limitada a duas pessoas. A proposta possibilita que a gestante inicie a licença antes do parto, enquanto a outra pessoa de referência pode optar por usufruir da licença a partir do dia do nascimento.

O texto, dos deputados Sâmia Bomfim (Psol-SP) e Glauber Braga (Psol-RJ), altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais, a Lei Orgânica da Seguridade Social, o Regime Geral da Previdência Social e a Lei da Empresa Cidadã.

Entre as alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, o projeto sugere a mudança da nomenclatura “maternidade” para “parentalidade”. “O cuidado precisa ser compartilhado, o conceito de parentalidade precisa ser cada vez mais incorporado. Cuidar de um bebê não é tarefa exclusiva de uma mãe, mas das duas mães, se assim for a configuração familiar, da mãe e do pai e de toda a sociedade. Para garantir, depois: creche, espaço de aleitamento materno, garantir que as mulheres não sejam expulsas do mercado de trabalho porque se tornaram mães, para que elas não ganhem salários menores, para que a maternidade de fato seja um direito”, argumentou Sâmia Bomfim.

A legislação atual prevê 120 dias de licença para a mãe e apenas 5 dias para o pai.

O PL foi aprovado na forma do substitutivo da relatora, deputada Fernanda Melchionna (Psol/RS). Ela optou pela retirada dos artigos 15 a 23 do projeto original, que alterava o Regime Jurídico dos Servidores Federais, ao criar a licença parental para o servidor público. Melchionna observou que a proposta era inconstitucional, pois apenas o Presidente da República pode sugerir alterações nesta legislação.



Audiências Públicas

12/05/2022

Servidores do INSS denunciam sucateamento no órgão

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) realizou uma audiência pública para discutir a **Medida Provisória nº 1113, de 2022**, que dispõe sobre a mudança na análise de benefícios previdenciários. A MP pretendia reduzir filas e promover maior agilidade no atendimento dos beneficiários do INSS.

Os servidores do INSS aproveitaram a reunião para criticar a situação do órgão e propor emendas à Medida Provisória. Thaize Antunes, representante da Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência e Assistência Social (Fenasps), alertou que uma quantidade insuficiente de funcionários atende a 113 milhões de segurados do INSS. “Neste momento, infelizmente, nós temos um órgão sucateado. De 2015 para cá, nós perdemos aproximadamente 50% do quadro de servidores. Hoje, nós atendemos toda essa população com apenas 17 mil servidores”.

As emendas apresentadas à MP 1.113/22 versavam sobre o enquadramento do INSS como carreira típica de Estado, de forma a impedir a terceirização de funcionários no órgão. “Nós estamos falando de pessoas que têm carteira assinada, que, na hora em que lhes acontecer alguma coisa arbitrária, terão medo de denunciar, porque, se o fizerem, receberão baixa na carteira e serão mandadas embora”, afirmou o deputado Jones Moura (PSD/RJ), autor do requerimento que convocou a audiência, em relação a terceirização de funcionários.

Representantes dos servidores do INSS de 16 Estados lotaram três plenários na audiência convocada pela Comissão. No período em que ocorreu a audiência, servidores do INSS se mobilizavam em ato constitucional de greve, que durou dois meses. A categoria reivindicava reajuste salarial e melhorias nas condições trabalhistas.



"A audiência pública, com convidados especializados da área, aumentaria e enriqueceria o debate necessário para um tema de tamanha relevância no futuro do país", afirmou o deputado Jones Moura ao solicitar a audiência.

Fotos: Elaine Menke/Câmara dos Deputados





Wesley Amaral/Câmara dos Deputados

28/06/22

Comissão de Trabalho debate proposta sobre regulamentar a atividade de lobby

Em audiência pública, a Comissão de Trabalho discutiu o Projeto de Lei 4391/2021, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a representação privada de interesses junto a agentes públicos. A proposta institui normas gerais e propõe a regulamentação da atividade, mais conhecida como lobby. O debate atendeu o requerimento do deputado Augusto Coutinho (Republicanos/PE), relator do PL.

Foram convidados para a reunião, entre outros: o diretor da Controladoria-Geral da União (CGU) Marcio Gonçalves; Luiz Alberto dos Santos, representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap); representantes da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (ABRIG) e do Instituto de Relações Governamentais (IRELGOV).

Os debatedores defenderam a regulamentação da atividade para assegurar maior transparência nas relações entre público e privado. E que, por outro lado, essas normas não causem nenhum tipo de burocracia que dificulte o acesso ao poder público. “Fica muito claro que o excesso de burocracia não favorece a transparência em si e gera um efeito colateral super danoso, que é de fato impedir o acesso e não democratizar a profissão”, afirmou a representante da ABRIG Carolina Venuto.

O PL 4391/21, na versão original do Executivo, recebeu apoio total apenas dos representantes do governo: o diretor da CGU e Natasha Miranda, que representou o Ministério da Economia. Representantes da Rede de Advocacy Colaborativo (RAC), por exemplo, sugeriram 11 emendas para aprimorar o texto do Executivo.

14/07/22

Combate ao trabalho escravo é tema de audiência na CTASP

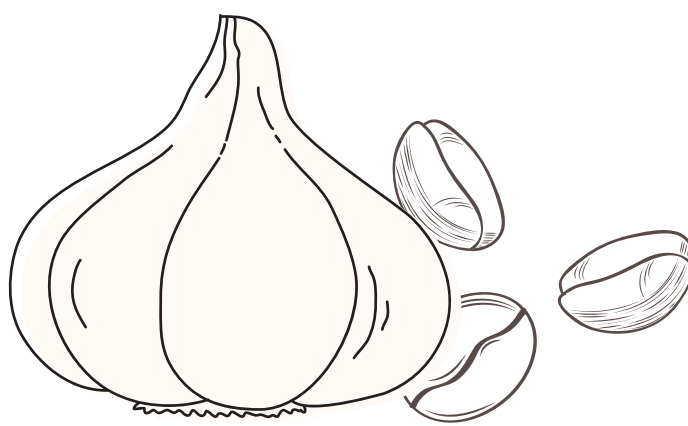
Em audiência pública na CTASP, o foco da discussão foi o trabalho escravo nas lavouras de café em Minas Gerais. O deputado Rogério Correia (PT/MG), que solicitou o debate, acredita que a fragilidade do Estado e o crescente desemprego contribuem para o aumento dessa prática ilegal. Segundo o parlamentar, cerca de 300 pessoas em condição de escravidão foram resgatadas em lavouras de café e alho em Minas Gerais no ano de 2021.

Lucas da Silva, Diretor Adjunto do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, defendeu que a responsabilização de grandes empresas que lucram com o trabalho escravo contemporâneo é essencial para o combate desta prática. “O café produzido com mão de obra escrava brasileira era exportado por grandes empresas de café brasileiras e internacionais. No entanto, temos poucos instrumentos para responsabilizar essas grandes empresas que adquirem o café proveniente do trabalho escravo”, afirmou.

Na audiência, também foi pontuada a aprovação da Emenda Constitucional que prevê a desapropriação fundiária de propriedades que praticam o trabalho escravo; a contratação de mais auditores através de concurso público aberto; a formação de um grupo de trabalho para analisar a modernização da legislação sobre trabalho escravo, tendo como referência as experiências internacionais.

Durante a reunião, o trabalhador Adésio de Brito, que foi resgatado em uma fazenda de café em Minas Gerais, relatou que esteve na condição de escravo por quatro anos, trabalhando em situação precária, sem equipamentos, água ou comida suficientes.

Denúncias de trabalho escravo podem ser feitas no endereço eletrônico ipe.sit.trabalho.gov.br.



08/11/22

Comissão de Trabalho discute Projeto de Lei que busca fiscalizar recursos em políticas públicas

Em audiência realizada pela Comissão de Trabalho, especialistas em contas públicas defenderam a aprovação do Projeto de Lei Complementar 79/2022. O PLP prevê a padronização das normas mantidas pelos tribunais de contas do país, como o Tribunal de Contas da União. A intenção é fiscalizar a aplicação de recursos financeiros em políticas públicas.

De acordo com a matéria, o Executivo deverá manter sistemas centralizados com informações financeiras da União, estados, municípios e Distrito Federal.

“A centralização já permite maior acesso, mas a acessibilidade engloba, além do acesso físico ou visual, a compreensibilidade. Os dados e informações tornados públicos para que possa haver o controle social têm que ser compreendidos por quem não é técnico”, argumentou a subprocuradora-geral da República Samantha Dobrowolski, que representou o Ministério Público Federal (MPF) na audiência.

A proposta foi debatida a pedido do deputado Leônidas Cristino (PDT/CE). O relator da matéria, deputado Professor Israel Batista (PSB/DF) apresentou parecer favorável com emendas. “Nós temos hoje no nosso País uma divergência de formas, de usos, de maneiras de se escrever que prejudica muito o relacionamento entre os órgãos”. O deputado ainda acrescentou que isso “deixa o País paralisado”.



01/12/22

Novo Marco Legal do Saneamento é tema de debate em audiência na Comissão

A Comissão de Trabalho fez homenagem ao Novo Marco Legal do Saneamento, que completou 2 anos, e à importância dos profissionais de química para o tratamento da água e esgoto. A nova legislação pretende solucionar o desafio do país de acesso universal à água potável e ao saneamento básico. Para isso, o marco estabelece a meta de que, até 2023, 99% da população brasileira tenha acesso à água potável e 90% à coleta de esgoto. A homenagem foi proposta pelo deputado Alexis Fonteyne (NOVO/SP).

De acordo com dados apontados pelo presidente do Conselho Federal de Química, José Oliveira, 35 milhões de brasileiros vivem sem água tratada atualmente. Enquanto quase metade da população não dispõe do serviço de tratamento de esgoto. O presidente do CFQ aponta a importância do profissional de química na superação desse problema: “Nada adiantará oferecer serviços em saneamento a toda a população sem que o atendimento conte com a segurança que só o profissional da química pode oferecer”.

O diretor da Aegea Saneamento, Rogério de Paula, frisou outro aspecto da nova legislação: “O marco trouxe, na direção de garantir que as pessoas menos favorecidas se-

jam atendidas, uma obrigatoriedade de regionalização, ou seja, para cada Unidade da Federação, há que acontecer uma divisão em blocos de Municípios para dar escala à prestação de serviços. Dessa forma, mesmo em Municípios menores e mais afastados, existirá a viabilidade econômico-financeira e social de prestação de serviços”.

Estavam presentes na audiência o presidente do Conselho Federal de Química (CFQ), José de Ribamar Oliveira Filho; o diretor da Aegea Saneamento e Participações, Rogério de Paula Tavares; e Gandhi Giordano, representante do Conselho Regional de Química da 3ª Região.



Alexis Fonteyne (NOVO/SP)

Foto: Elaine Menke/Câmara dos Deputados

12/12/22

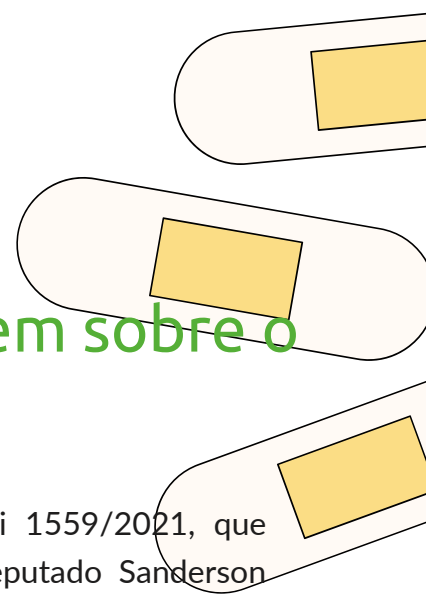
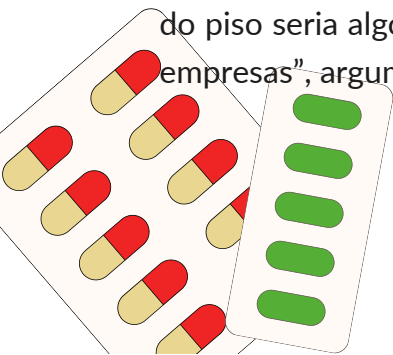
Empresários e farmacêuticos divergem sobre o novo piso salarial da categoria

A CTASP realizou audiência pública para discutir o Projeto de Lei 1559/2021, que estabelece piso salarial de R\$ 6,5 mil para os farmacêuticos. O deputado Sanderson (PL/RS) solicitou a audiência com o objetivo de revisar a proposição do piso. “Ainda precisa ser aprimorada no âmbito desta Comissão, sobretudo para o controle das externalidades negativas (inclusive para os farmacêuticos) decorrentes da aprovação de um piso salarial 94,79% maior do que a remuneração média atual, cujo impacto mensal é de aproximadamente R\$ 304,1 milhões para as empresas”.

Os convidados da audiência, representantes de trabalhadores e empresas do setor farmacêutico, se dividiram entre aqueles que defendem o piso e os que se mostraram contra o reajuste salarial. Entre os defensores estava o representante da Federação Nacional dos Farmacêuticos, Fábio José Basílio; o presidente do Conselho Federal de Farmácia, Walter da Silva; e a deputada Alice Portugal (PCdoB/BA), que também é farmacêutica. Aqueles contrários ao piso salarial eram o presidente da ABCFarma, Rafael Oliveira Espinhel; Fabio Bentes, da Confederação Nacional do Comércio; e Fábio Robson Timbó Silveira, presidente Executivo do SINCOFARMA do Ceará.

Na avaliação dos empresários, o novo piso, 68% maior que os valores médios pagos aos farmacêuticos atualmente, é superior à margem de lucro do setor e gera gastos extras de R\$ 2,8 bilhões ao ano, o que impacta principalmente pequenas farmácias. “O valor aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família, agora em discussão nesta Comissão, de fato, pode trazer uma série de dificuldades para a viabilidade da atividade das farmácias no País, sobretudo a das mais de 50 mil farmácias de pequeno porte”, afirmou Rafael Espinhel.

Já os profissionais farmacêuticos alegaram que vêm acumulando mais tarefas e responsabilidades ao longo dos anos sem aumento proporcional do salário e, divergindo dos empresários, argumentaram que os lucros do setor permitem o pagamento do novo piso salarial. “O faturamento estimado do setor para 2022 é de R\$ 170 bilhões. O impacto do piso seria algo em torno de R\$ 3,63 bilhões anuais, ou seja, 2,14% do faturamento das empresas”, argumentou Walter da Silva, presidente do Conselho Federal de Farmácia.



15/12/22

Comissão discute impactos do possível fechamento da Companhia Metalúrgica Paranapanema

A Comissão de Trabalho promoveu debate em torno do possível fechamento da Companhia Metalúrgica Paranapanema. A empresa, com matriz localizada em Dias d'Ávila (BA), atua na fundição, refino e na produção de semimanufaturados de cobre e suas ligas. É a única Companhia Metalúrgica a transformar o cobre mineral em metal no Brasil. O debate atendeu ao requerimento do deputado Daniel Almeida (PCdoB/BA), que demonstrou preocupação com a queda de 60% na receita da empresa, que teve resultado negativo de R\$ 1,6 bilhão.

O diretor do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas de Dias D'Ávila, Antônio Viana Balbino, criticou a irresponsabilidade administrativa da Companhia e a falta de diálogo com os trabalhadores. Ele argumentou que a empresa "foi simplesmente sucateada e continua sendo sucateada sem o menor respeito ao povo brasileiro e aos trabalhadores baianos".

Foi convidado para participar da audiência o Diretor-Presidente da Paranapanema, Marcelo Milliet. Ele não compareceu, mas indicou Fabiana Solano, advogada no processo de recuperação judicial do grupo. Para Adilson Torres dos Santos, Vice-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá, o presidente ou alguém que tenha conhecimento da empresa deveria ter comparecido à reunião. "A alta direção da empresa não conversa com o sindicato", afirmou.

Fabiana Solano defendeu que não há intenção de se esquivar do diálogo por parte da empresa, mas sim um esforço contínuo para manter as atividades da Paranapanema. Esforço traduzido no processo recentemente iniciado de recuperação judicial. De acordo com ela, "assim que a empresa conseguir reestruturar suas atividades e ter concluída esta recuperação judicial, a ideia é que haja a plena manutenção das atividades e, se possível, idealmente, voltar a plenos vapores, com todos os seus funcionários ativos".

Comparecimento de *Ministros* e *Seminários*

12/05/2022

Ministro do Trabalho comparece à CTASP

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) recebeu o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira. O ministro assumiu o cargo no fim de março de 2022 no lugar de Onyx Lorenzoni, que chefiava o ministério desde agosto de 2021. Oliveira apresentou dados e as metas do Ministério para o exercício de 2022. Também estava presente na reunião o presidente do INSS, Guilherme Serrano.

Durante a rodada de perguntas, o deputado Hélio Costa (PSD/SC) argumentou que as metas expostas eram uma “utopia” e que o ministro não teria condições de realizar nada do que foi exposto: “O senhor acredita que vai realizar isso em 4 meses de Governo?” Para Rogério Correia (PT/MG), a preocupação é a mesma. O deputado apontou para o crescimento alarmante do desemprego e a baixa renda da população, sem o aumento do salário mínimo. “Nós não teremos condições de reverter esse quadro, por mais boa vontade que o Ministro tenha, porque isso depende também da economia”, disse. A situação dos trabalhadores da economia informal e a precarização das relações de trabalho

foram pontos em comum nas falas dos deputados. “Eles não recebem férias, nem o 13º salário, não têm fundo de garantia, não têm aviso prévio, não têm apoio dos órgãos do Governo, não têm sindicato, portanto não têm cláusulas sociais. Estes trabalhadores estão à margem”, lamentou o deputado Vicentinho (PT/SP).

Oliveira argumentou que o trabalho informal não é uma demanda iniciada no governo Bolsonaro, mas que “transcende décadas”. Ele também compartilhou que, em 2021, o governo criou quase 4 milhões de novos empregos. E até maio de 2022, foram 700 mil empregos criados. “Nós temos empregos criados, mas empregos fracos, empregos precários”, rebateu o deputado Bohn Gass (PT/RS).

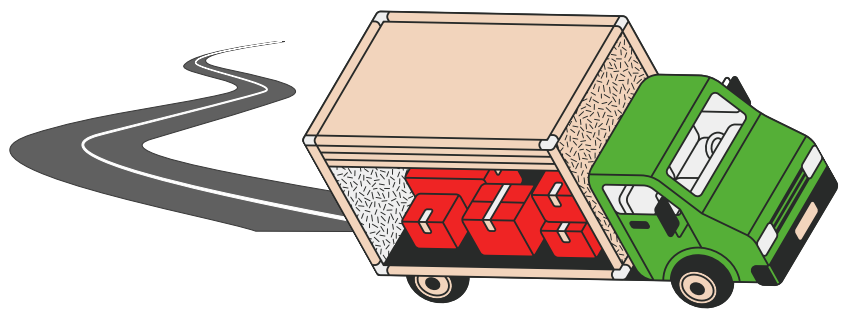


Os deputados Evair Vieira de Melo (PP/ES) e Coronel Tadeu (PL/SP)

elogiaram os resultados alcançados pelo ministério e fizeram críticas à corrupção dos governos petistas. O deputado Altineu Côrtes (PL/RJ), também da base do governo, teve posicionamento semelhante.

Em relação ao compromisso feito com os servidores do INSS, como condição para o fim da greve de maio, o ministro do Trabalho assegurou: "Podem ter certeza de que vamos encaminhar isso, de que reconhecemos que os pleitos são pertinentes”.





30/11/22

Seminário trata das novas tecnologias no transporte de cargas e necessidade de mudanças na legislação trabalhista

A Comissão de Trabalho atendeu ao requerimento do deputado Lucas Gonzalez (NOVO/MG) para realização do segundo seminário trabalhista do transporte rodoviário de cargas. Os debatedores discutiram o trabalho intermitente e a prestação de serviços por meio de aplicativos, além da necessidade de regulamentação destas atividades.

De acordo com a CLT, trabalho intermitente é aquele em que a prestação de serviços não ocorre de forma contínua e pode haver períodos de inatividade e períodos de prestação de serviços. “A eventualidade é o núcleo essencial desse tipo de contrato de trabalho”, explicou a juíza do Trabalho, Neiva Chagas. Ela defendeu a regulamentação do trabalho intermitente: “A modernização da legislação trabalhista é necessária e é claro que ela precisa ser feita continuamente, pois estão surgindo, como vemos, a cada dia, novas formas de contratação, novas profissões”. A juíza ainda argumenta que esse tipo de contratação não teve muita aplicabilidade no transporte de cargas.

A juíza Ana Paula Miskulin, por sua vez, falou sobre as plataformas digitais de trabalho, o trabalho por aplicativo e a legislação atual em torno desse tema. “A Dra. Ana Paula elencou uma série de projetos de lei, mas o fato é que nós estamos hoje trabalhando no vazio legal”, disse o procurador do Trabalho Paulo de Moraes. Este novo modelo, de acordo com Moraes, gera a exploração do trabalho humano e insegurança jurídica para os empregados. “Se o Parlamento não tiver um cuidado muito grande, nós, que dependemos umbilicalmente do sistema rodoviário de transporte de cargas, teremos um seríssimo problema em um dos pilares do sistema econômico brasileiro, porque inegavelmente, claro, toda a produção de bens e serviços do Brasil, em especial de bens, depende do transporte rodoviário”, argumentou.

No debate estiveram presentes, entre outros, as juízas do Trabalho Neiva Márcia Chagas e Ana Paula Miskulin; o procurador do Trabalho Paulo Douglas de Moraes; os presidentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte e Logística, Paulo Estausia, e do Sindicato dos Transportadores de Carga do Vale do Paraíba, Everaldo Bastos; o assessor jurídico da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística) Narciso Figueirôa Jr.



Projetos de Lei
apreciados

Projetos de Lei apreciados

| PROPOSIÇÃO | EMENTA | VOTAÇÃO |
|---------------------|--|----------|
| <u>PL 3641/2019</u> | <p>Do Sr. Telmário Miranda - autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para Fundação Nacional dos Povos Indígenas.</p> <p>RELATOR: Mauro Nazif (PSB/RO)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | 03/05/22 |
| <u>PL 152/2020</u> | <p>Do Sr. David Soares - Insere o parágrafo 3o, no art. 10 da Lei 11.788 de 2008, para estabelecer que o estágio curricular dos estudantes será considerado como período de experiência profissional ou preenchimento de cláusulas de concurso público.</p> <p>RELATOR: Alexis Fonteyne (NOVO/SP)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Aprovado parecer.</p> | 10/05/22 |

| PROPOSIÇÃO | EMENTA | VOTAÇÃO |
|-----------------------------------|--|-----------------|
| <p><u>PL 3101/2021</u></p> | <p>Da Sra. Adriana Ventura - Altera a Lei no 13.709, de 14 de agosto de 2018, para assegurar a transparência de informações sobre agentes públicos e agentes privados que recebam ou gerenciem recursos públicos.</p> <p>RELATOR: Tiago Mitraud (NOVO/MG)</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado parecer.</p> | <p>10/05/22</p> |
| <p><u>PL 2063/2021</u></p> | <p>Da Sra. Adriana Ventura - Altera a Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995, para remover a necessidade de esclarecer os fins e razões de pedido de certidão.</p> <p>RELATOR: Tiago Mitraud (NOVO/MG)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer, com complementação de voto.</p> | <p>24/05/22</p> |
| <p><u>PL 6256/2019</u></p> | <p>Da Sra. Erika Kokay - Institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta.</p> <p>RELATOR: Vicentinho (PT-SP)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | <p>24/05/22</p> |
| <p><u>PL 9374/2017</u></p> | <p>Do Senado Federal - Acir Gurgacz - Acrescenta §§ 1º-A, 1º-B e 1º-C ao art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência do servidor estudante às aulas.</p> <p>RELATOR: André Figueiredo (PDT-CE)</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | <p>24/05/22</p> |

| PROPOSIÇÃO | EMENTA | VOTAÇÃO |
|-----------------------------------|---|-----------------|
| <p><u>PL 804/2021</u></p> | <p>Da Sra. Rosana Valle - Cria novo artigo na Lei de Acesso à Informação, estabelecendo o dever dos órgãos e entidades públicas em informar o cidadão sobre a existência de valores devidos pelo Estado em seu favor, bem como estabelecendo prazo para restituição.</p> <p>RELATOR: André Figueiredo (PDT-CE)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer, com complementação de voto.</p> | <p>14/06/22</p> |
| <p><u>PL 1995/2021</u></p> | <p>Do Sr. Leonardo Monteiro - Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Vale do Rio Doce - UFVRD - no Estado de Minas Gerais.</p> <p>RELATOR: Vicentinho (PT-SP)</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer, contra o voto do deputado Tiago Mitraud.</p> | <p>14/06/22</p> |
| <p><u>PL 5036/2019</u></p> | <p>Do Sr. Felipe Carreras - Dispõe sobre a doação de bicicletas apreendidas por ato administrativo ou de polícia, para instituições beneficentes.</p> <p>RELATOR: Heitor Schuch (PSB/RS)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer, contra os votos dos deputados Tiago Mitraud e Alexis Fonteyne.</p> | <p>14/06/22</p> |

| PROPOSIÇÃO | EMENTA | VOTAÇÃO |
|---------------------|--|----------|
| <u>PL 560/2022</u> | <p>Da Sra. Adriana Ventura - Altera a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011 para estabelecer os deveres e competências da autoridade de monitoramento nos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios.</p> <p>RELATOR: Alexis Fonteyne (NOVO-SP)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer, com complementação de voto.</p> | 21/06/22 |
| <u>PL 225/2022</u> | <p>Da Sra. Adriana Ventura - Altera a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, para estabelecer a diretriz de continuidade da gestão da informação, com a finalidade de assegurar a manutenção de informações de gestões anteriores.</p> <p>RELATOR: André Figueiredo (PDT-CE)</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | 28/06/22 |
| <u>PL 991/2022</u> | <p>Do Sr. Felipe Rigoni - Adiciona dispositivo à Lei N° 13.848, de 25 de junho de 2019.</p> <p>RELATOR: Neucimar Fraga (PP-ES)</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | 28/06/22 |
| <u>PL 1528/2019</u> | <p>Do Sr. Léo Moraes - Acrescenta dispositivos à Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para exigir tratamento idêntico em situações jurídicas iguais, respeitando as prerrogativas dos indivíduos e entidades.</p> <p>RELATOR: André Figueiredo (PDT-CE)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | 28/06/22 |

| PROPOSIÇÃO | EMENTA | VOTAÇÃO |
|-----------------------------------|--|-----------------|
| <p><u>PL 2776/2021</u></p> | <p>Do Sr. Célio Studart - Altera dispositivos da Lei n.o 13.460, de 26 de junho de 2017, para estender a aplicação desta lei às concessionárias de serviço público.</p> <p>RELATOR: André Figueiredo (PDT-CE)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | <p>28/06/22</p> |
| <p><u>PL 4131/2021</u></p> | <p>Da Sra. Adriana Ventura - Altera a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011 para assegurar a transparência da execução das transferências especiais.</p> <p>RELATOR: Hélio Costa (PSD-SC)</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | <p>28/06/22</p> |
| <p><u>PL 6100/2016</u></p> | <p>Do Sr. João Derly - Altera a consolidação das Leis do Trabalho - CLT -, instituindo-se o regime unificado de pagamento de tributos, de contribuições e dos demais encargos do empregador, denominado SIMPLES TRABALHISTA, e dá outras providências.</p> <p>RELATOR: Daniel Almeida (PCdoB/BA)</p> <p>PARECER: pela rejeição deste e do Projeto de Lei nº 7.654/2017, apensado.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | <p>28/06/22</p> |
| <p><u>PL 1214/2019</u></p> | <p>Da Sra. Erika Kokay - Acrescenta artigo à Lei no 4.119, de 27 de agosto de 1962, que "Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo", para fixar a duração do trabalho do Psicólogo em até trinta horas semanais.</p> <p>RELATOR: Rogério Correia (PT-MG)</p> <p>PARECER: pela aprovação deste com emenda e pela rejeição do Projeto de Lei nº 455/2020 apensado.</p> <p>Aprovado o parecer, contra os votos dos deputados Tiago Mitraud e Alexis Fonteyne.</p> | <p>05/07/22</p> |

| PROPOSIÇÃO | EMENTA | VOTAÇÃO |
|-----------------------------------|--|-----------------|
| <p><u>PL 6379/2019</u></p> | <p>Da Sra. Marília Arraes - Dispõe sobre a regulamentação da atividade profissional de musicoterapeuta.</p> <p>RELATOR: Paulo Ramos (PDT-RJ)</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer, contra o voto do deputado Alexis Fonteyne.</p> | <p>05/07/22</p> |
| <p><u>PL 224/2022</u></p> | <p>Da Sra. Adriana Ventura - Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 para tornar expresso o dever de indicação de nome, cargo ou função e matrícula do agente público responsável pela produção da informação.</p> <p>RELATOR: Alexis Fonteyne (NOVO-SP)</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer, contra voto do deputado Alexis Fonteyne.</p> | <p>12/07/22</p> |
| <p><u>PL 488/2011</u></p> | <p>Do Senado Federal - Neuto de Conto - Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a manutenção da condição de segurado especial, e dá outras providências.</p> <p>RELATOR: Rogério Correia (PT-MG)</p> <p>PARECER: pela aprovação deste e dos Projetos de Lei nºs 4.494/2012, 3.576/2020 e 892/2021 apensados, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer, contra os votos dos deputados Tiago Mitraud, Alexis Fonteyne e Sanderson.</p> | <p>12/07/22</p> |
| <p><u>PL 809/2022</u></p> | <p>Do Sr. Antônio Furtado - Dispõe sobre o plano de antecipação de renda mensal de benefício, auxílio, remuneração, salário ou soldo e dá outras providências.</p> <p>RELATOR: Mauro Nazif (PSB-RO)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer, contra os votos dos deputados Tiago Mitraud e Alexis Fonteyne</p> | <p>12/07/22</p> |

| PROPOSIÇÃO | EMENTA | VOTAÇÃO |
|-----------------------------------|---|-----------------|
| <p><u>PL 1024/2020</u></p> | <p>Do Poder Executivo - Altera a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo.</p> <p>RELATOR: Rogério Correia (PT/MG)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | <p>12/07/22</p> |
| <p><u>PL 1344/2022</u></p> | <p>Do Sr. Leônidas Cristino - Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Sobral – UFS, no estado do Ceará.</p> <p>RELATOR: André Figueiredo (PDT/CE)</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer, contra os votos dos deputados Tiago Mitraud e Alexis Fonteyne.</p> | <p>12/07/22</p> |
| <p><u>PL 1880/2019</u></p> | <p>Do Sr. José Medeiros - Dispõe sobre a garantia de proteção a agentes públicos que comuniquem casos de suspeita de violência, agressão e maus-tratos contra crianças e adolescentes.</p> <p>RELATOR: Alexis Fonteyne (NOVO-SP)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | <p>12/07/22</p> |
| <p><u>PL 1964/2021</u></p> | <p>Do Sr. Neucimar Fraga - Autoriza a criação da Universidade Federal de São Mateus (UFSM).</p> <p>RELATOR: Jones Moura (PSD-RJ)</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer, contra o voto do deputado Tiago Mitraud.</p> | <p>12/07/22</p> |

| PROPOSIÇÃO | EMENTA | VOTAÇÃO |
|-----------------------------------|--|-----------------|
| <p><u>PL 2689/2021</u></p> | <p>Do Sr. Waldir - Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelos órgãos e entidades públicos.</p> <p>RELATOR: Rogério Correia (PT-MG)</p> <p>PARECER: pela rejeição</p> <p>Aprovado o parecer, contra o voto do Deputado Alexis Fonteyne. O parecer do relator, Dep. Alexis Fonteyne, passou a constituir voto em separado.</p> | <p>12/07/22</p> |
| <p><u>PL 3905/2021</u></p> | <p>Da Sra. Áurea Carolina - Estabelece o marco regulatório do fomento à cultura, no âmbito da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p>RELATOR: Fernanda Melchionna (PSOL-RS)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | <p>12/07/22</p> |
| <p><u>PL 4979/2020</u></p> | <p>Do Sr. Neri Geller - Altera a Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009, para permitir que maiores de 18 anos exerçam atividades profissionais de entrega de mercadorias e “motoboy” com uso de motocicleta.</p> <p>RELATOR: Tiago Mitraud (NOVO/MG)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer, com complementação de voto.</p> | <p>12/07/22</p> |
| <p><u>PL 5056/2013</u></p> | <p>Da Sra. Erika Kokay - Dispõe sobre a profissão de Técnico em Nutrição e Dietética, regulamenta o seu exercício e dá outras providências.</p> <p>RELATOR: Mauro Nazif (PSB-RO)</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, nos termos do substitutivo adotado pela Comissão de Seguridade Social e Família.</p> <p>Aprovado o parecer, com complementação de voto, com subemenda substitutiva ao substitutivo adotado pela CSSF.</p> | <p>12/07/22</p> |

| PROPOSIÇÃO | EMENTA | VOTAÇÃO |
|-----------------------------------|---|-----------------|
| <p><u>PL 6603/2019</u></p> | <p>Do Sr. Paulo Ganime - Altera a Lei nº 12.790, de 14 de março de 2013, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de comerciário, para adequar a jornada de trabalho dos comerciários à dos trabalhadores em geral.</p> <p>RELATOR: Luiz Carlos Motta (PL-SP)</p> <p>PARECER: pela rejeição.</p> <p>Aprovado o parecer, contra os votos dos deputados Alexis Fonteyne e Tiago Mitraud.</p> | <p>12/07/22</p> |
| <p><u>PL 194/2022</u></p> | <p>Da Sra. Lídice da Mata - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a transferência de empregado público cujo cônjuge ou companheiro for removido no interesse da Administração Pública.</p> <p>RELATOR: Bira do Pindaré (PSB-MA)</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | <p>02/08/22</p> |
| <p><u>PL 3299/2021</u></p> | <p>Do Sr. Mauro Nazif - Regulamenta a profissão de frentista e dá outras providências.</p> <p>RELATOR: André Figueiredo (PDT-CE)</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer, contra o voto do deputado Tiago Mitraud.</p> | <p>02/08/22</p> |
| <p><u>PL 5133/2020</u></p> | <p>Do Sr. Léo Moraes - Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de União Bandeirantes, em Porto Velho no distrito de União Bandeirantes.</p> <p>RELATOR: Mauro Nazif (PSB-RO)</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer, contra o voto do deputado Tiago Mitraud.</p> | <p>02/08/22</p> |

| PROPOSIÇÃO | EMENTA | VOTAÇÃO |
|-----------------------------------|---|-----------------|
| <p><u>PL 5864/2019</u></p> | <p>Do Sr. Luiz Lima - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, a fim de dispor sobre a extinção do contrato de trabalho doméstico em virtude da morte do empregador.</p> <p>RELATOR: Flávia Morais (PDT-GO)</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | <p>02/08/22</p> |
| <p><u>PL 7940/2017</u></p> | <p>Do Sr. Evair Vieira de Melo - Altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que "dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências", para permitir o uso de imóveis da União para a prática de esportes e de atividades ligadas à saúde e ao bem-estar.</p> <p>RELATOR: Tiago Mitraud (NOVO-MG)</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer, com complementação de voto, contra os votos dos deputados Rogério Correia, Érika Kokay, Vicentinho e Mauro Nazif.</p> | <p>02/08/22</p> |
| <p><u>PL 3416/2015</u></p> | <p>Do Sr. Giovanni Cherini - Regulamenta a profissão de Arteterapeuta e dá outras providências.</p> <p>RELATOR: Flávia Morais (PDT-GO)</p> <p>PARECER: pela aprovação deste e das emendas adotadas pela Comissão de Seguridade Social e Família.</p> <p>Aprovado o parecer, contra o voto do deputado Tiago Mitraud.</p> | <p>30/08/22</p> |

| PROPOSIÇÃO | EMENTA | VOTAÇÃO |
|-----------------------------------|---|-----------------|
| <p><u>PL 1453/2019</u></p> | <p>Do Senado Federal - Jorginho Mello - Altera a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para determinar que a alteração de contrato de consórcio público dependerá de ratificação mediante leis aprovadas pela maioria dos entes federativos consorciados.</p> <p>RELATOR: Carlos Veras (PT-PE)</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | <p>19/10/22</p> |
| <p><u>PL 8544/2017</u></p> | <p>Do Sr. Cleber Verde - Excluir o Art. 223-G, § 1º, da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017,"que Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).</p> <p>RELATOR: André Figueiredo (PDT-CE)</p> <p>PARECER: pela aprovação deste e dos Projetos de Lei nºs 9.204/17, 614/19 e 913/19 apensados, com substitutivo, e pela rejeição dos Projetos de Lei nºs 8.793/17, 11.207/18 e 16/19 apensados.</p> <p>Aprovado o parecer, contra os votos dos deputados Alexis Fonteyne e Tiago Mitraud.</p> | <p>19/10/22</p> |
| <p><u>PL 1651/2019</u></p> | <p>Do Senado Federal - Acir Gurgacz - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o motorista profissional empregado de transporte rodoviário coletivo de passageiros.</p> <p>RELATOR: André Figueiredo (PDT-CE)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo da Comissão de Viação e Transportes</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | <p>09/11/22</p> |

| PROPOSIÇÃO | EMENTA | VOTAÇÃO |
|------------------------------------|---|-----------------|
| <p><u>PL 4154/2019</u></p> | <p>Do Senado Federal - Airton Sandoval - Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (Lei do Processo Administrativo Federal), para estabelecer a contagem de prazos em dias úteis e sua suspensão no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro.</p> <p>RELATOR: Rogério Correia (PT-MG)</p> <p>PARECER: pela aprovação deste e rejeição do Projeto de Lei Nº 535/2020, apensado.</p> <p>Aprovado o parecer, contra o voto do deputado Tiago Mitraud.</p> | <p>09/11/22</p> |
| <p><u>PL 8772/2017</u></p> | <p>Do Sr. Nilto Tatto - Dispõe sobre a cobrança de honorários feita aos candidatos pelas agências de emprego, consultorias de recursos humanos e entidades assemelhadas.</p> <p>RELATOR: Leonardo Monteiro (PT-MG)</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer, contra o voto do deputado Tiago Mitraud.</p> | <p>09/11/22</p> |
| <p><u>PL 10674/2018</u></p> | <p>Do Sr. Ricardo Izar - Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Técnico em Necropsia e dá outras providências.</p> <p>RELATOR: Mauro Nazif (PSB-RO)</p> <p>PARECER: pela aprovação deste e do Projeto de Lei nº 6535/2019 apensado, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer, com complementação de voto, contra o voto do deputado Tiago Mitraud.</p> | <p>09/11/22</p> |
| <p><u>PL 474/2019</u></p> | <p>Do Sr. Rodrigo Agostinho - Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Ecólogo.</p> <p>RELATOR: Mauro Nazif (PSB-RO)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer, contra o voto do deputado Tiago Mitraud.</p> | <p>09/11/22</p> |

| PROPOSIÇÃO | EMENTA | VOTAÇÃO |
|-----------------------------------|---|-----------------|
| <p><u>PL 3710/2019</u></p> | <p>Da Sra. Margarida Salomão - Regulamenta o exercício da profissão de Agroecólogo.</p> <p>RELATOR: Rogério Correia (PT-MG)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer, contra o voto do deputado Tiago Mitraud.</p> | <p>09/11/22</p> |
| <p><u>PL 3640/2020</u></p> | <p>Do Sr. Lafayette de Andrada - Dispõe sobre o reconhecimento do ofício de Profissional de Capoeira e dá outras providências.</p> <p>RELATOR: Mauro Nazif (PSB-RO)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | <p>09/11/22</p> |
| <p><u>PL 561/2022</u></p> | <p>Da Sra. Adriana Ventura (NOVO-SP) e outros - Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para permitir a emissão de orientações com vistas à harmonização de entendimentos sobre a lei de acesso informação em nível nacional.</p> <p>RELATOR: André Figueiredo (PDT-CE)</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | <p>09/11/22</p> |
| <p><u>PL 1072/2022</u></p> | <p>Do Sr. Lucas Gonzales - Altera a lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, para dispor sobre a avaliação qualitativa do programa Auxílio Brasil.</p> <p>RELATOR: André Figueiredo (PDT-CE)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com emenda.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | <p>09/11/22</p> |

| PROPOSIÇÃO | EMENTA | VOTAÇÃO |
|------------------------------------|--|-----------------|
| <p><u>PL 1761/2015</u></p> | <p>Do Tribunal Superior Eleitoral - Cria cargos em comissão no quadro de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>RELATOR: André Figueiredo (PDT-CE)</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | <p>23/11/22</p> |
| <p><u>PL 6758/2016</u></p> | <p>Do Sr. Glauber Braga - Dispõe sobre a composição do conselho deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).</p> <p>RELATOR: André Figueiredo (PDT-CE)</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer, contra o voto do deputado Tiago Mitraud.</p> | <p>23/11/22</p> |
| <p><u>PL 11101/2018</u></p> | <p>Do Sr. Gonzaga Patriota - Cria o SESANOR - Serviço Social e de Aprendizagem dos Empregados em Serventia Notarial e de Registro e dá outras providências.</p> <p>RELATOR: Erika Kokay (PT-DF)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com emendas.</p> <p>Aprovado o parecer, contra o voto do deputado Tiago Mitraud.</p> | <p>23/11/22</p> |
| <p><u>PL 2286/2019</u></p> | <p>Do Sr. Felipe Rigoni - Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que "Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.</p> <p>RELATOR: Sanderson (PL-RS)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Rejeitado o parecer. Aprovado o parecer pela rejeição do relator vencedor, deputado Rogério Correia, contra o voto do deputado Tiago Mitraud.</p> | <p>23/11/22</p> |

| PROPOSIÇÃO | EMENTA | VOTAÇÃO |
|-----------------------------------|--|-----------------|
| <p><u>PL 2657/2019</u></p> | <p>Do Sr. Célio Studart - Torna obrigatório o fornecimento de conexão "Wi-Fi" gratuita nas bibliotecas públicas.</p> <p>RELATOR: André Figueiredo (PDT-CE)</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | <p>23/11/22</p> |
| <p><u>PL 704/2021</u></p> | <p>Do Sr. Carlos Bezerra - Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor sobre a certificação pelo cumprimento da lei de cotas da pessoa com deficiência.</p> <p>RELATOR: André Figueiredo (PDT-CE)</p> <p>PARECER: pela aprovação deste e pela rejeição da emenda apresentada na Comissão.</p> <p>Aprovado o parecer, contra o voto do deputado Tiago Mitraud.</p> | <p>23/11/22</p> |
| <p><u>PL 2892/2021</u></p> | <p>Do Sr. Mauro Nazif - Autoriza o Poder Executivo a criar o campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Ponta do Abunã, no distrito de Extrema, município de Porto Velho.</p> <p>RELATOR: Erika Kokay (PT-DF)</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | <p>23/11/22</p> |

| PROPOSIÇÃO | EMENTA | VOTAÇÃO |
|---------------------|--|----------|
| <u>PL 2941/2019</u> | <p>Do Senado Federal - Telmário Mota - Regulamenta a profissão de educador social.</p> <p>RELATOR: Afonso Motta (PDT-RS)</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, do Projeto de Lei N° 2.676/19, apensado, do Substitutivo adotado pela Comissão de Educação e da Emenda n° 1 apresentada na CTASP, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer, com complementação de voto, contra os votos dos deputados Tiago Mitraud, Vicentinho, Leonardo Monteiro e Erika Kokay.</p> | 30/11/22 |
| <u>PL 476/2019</u> | <p>Do Sr. Rodrigo Agostinho - Altera a Lei no 8.730, de 10 de novembro de 1993, que estabelece a declaração de bens e rendas, para estabelecer sindicâncias patrimoniais aleatórias.</p> <p>RELATOR: Vicentinho (PT-SP)</p> <p>PARECER: pela rejeição.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | 30/11/22 |
| <u>PL 1778/2020</u> | <p>Da Sra. Erika Kokay - Institui a Política Nacional de Atenção Integral às Imunodeficiências Primárias.</p> <p>RELATOR: Heitor Schuch (PSB-RS)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com emenda.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | 30/11/22 |
| <u>PL 2275/2020</u> | <p>Do Sr. Léo Moraes - Altera a Lei n° 6.259, de 30 de outubro de 1975, e a Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para garantir às pessoas que prestam serviços públicos e atividades essenciais a realização gratuita e periódica de exames médicos e testes laboratoriais, durante as emergências de saúde pública, entre as quais aquela decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.</p> <p>RELATOR: Flávia Moraes (PDT-GO)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer, com complementação de voto.</p> | 30/11/22 |

| PROPOSIÇÃO | EMENTA | VOTAÇÃO |
|-----------------------------------|---|-----------------|
| <p><u>PL 2789/2021</u></p> | <p>Do Sr. Afonso Florence e outros - Moderniza a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e cria nova hipótese de improbidade administrativa.</p> <p>RELATOR: Fernanda Melchionna (PSOL-RS)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | <p>07/12/22</p> |
| <p><u>PL 3995/2012</u></p> | <p>Do Senado Federal - Paulo Paim - Acrescenta art. 197-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para considerar insalubre e penosa a atividade profissional dos empregados em serviços de limpeza, asseio, conservação e coleta de lixo, e para dar outras providências.</p> <p>RELATOR: Rogério Correia (PT-MG)</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, e dos Projetos de Lei nºS 7.159/10; 3.184/12; 3.119/15; 5.583/16; 6.264/16; 8.661/17 e 10.865/18, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Seguridade Social e Família.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | <p>07/12/22</p> |
| <p><u>PL 3334/2020</u></p> | <p>Do Sr. Paulo Teixeira - Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.667, de 3.7.1979, para dispor sobre as audiências telepresenciais no âmbito da Justiça do Trabalho enquanto durar as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus - COVID19, e dá outras providências.</p> <p>RELATOR: André Figueiredo (PDT-CE)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | <p>07/12/22</p> |

| PROPOSIÇÃO | EMENTA | VOTAÇÃO |
|------------------------------------|--|-----------------|
| <p><u>PL 2631/2015</u></p> | <p>Do Sr. Alberto Fraga - Altera a lei nº 12.468 de 2011, que regulamenta a profissão de taxista.</p> <p>RELATOR: Erika Kokay (PT-DF)</p> <p>PARECER: pela rejeição deste e dos Projetos de Lei nºs 2.945/15, 9.743/18, 6.030/16 e 8.155/17, apensados.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | <p>07/12/22</p> |
| <p><u>PL 10844/2018</u></p> | <p>Do Sr. Rubens Pereira Júnior - Dispõe sobre criação de ouvidorias pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e entidades privadas que recebam recursos públicos.</p> <p>RELATOR: Erika Kokay (PT-DF)</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, e dos Projetos de Lei Nºs 708/19, 4.068/19, 1.516/21 e 401/22, apensados, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | <p>07/12/22</p> |
| <p><u>PL 527/2020</u></p> | <p>Do Sr. Jerônimo Goergen - Dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego ao agricultor ou extrativista rural impedido de exercer sua atividade devido a inundações, estiagens sazonais ou queimadas.</p> <p>RELATOR: Leonardo Monteiro (PT-MG)</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, e dos Projetos de Lei Nºs 2.008/21 e 2.614/21, apensados, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | <p>07/12/22</p> |
| <p><u>PL 5057/2020</u></p> | <p>Do Sr. Milton Vieira - Regulamenta a profissão de Ferrageador de Equinos</p> <p>RELATOR: Carlos Veras (PT-PE)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | <p>07/12/22</p> |

| PROPOSIÇÃO | EMENTA | VOTAÇÃO |
|-----------------------------------|--|-----------------|
| <p><u>PL 1894/2022</u></p> | <p>Do Sr. Leônidas Cristino - Regulamenta a profissão de carnaubeiro.</p> <p>RELATOR: Carlos Veras (PT-PE)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com emenda.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | <p>07/12/22</p> |
| <p><u>PL 3165/2015</u></p> | <p>Do Sr. Onyx Lorenzoni - Institui o Programa de Incentivo à Revelação de Informações de Interesse Público e dá outras providências.</p> <p>RELATOR: Lucas Gonzalez (NOVO-MG)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer.</p> | <p>14/12/22</p> |
| <p><u>PL 1748/2011</u></p> | <p>Do Senado Federal - Valdir Raupp - Altera a Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, para dispor sobre os trabalhadores contratados ou transferidos por seus empregadores para prestar serviços no exterior.</p> <p>RELATOR: Alexis Fonteyne (NOVO-SP)</p> <p>PARECER: pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.801/19, apensado, e pela rejeição deste, do Projeto de Lei nº 3.360/08, apensado, e da Emenda apresentada a ele, e pela rejeição do Projeto de Lei nº 4.609/09, apensado.</p> <p>Aprovado o parecer, com complementação de voto, apresentou voto em separado o Deputado Laercio Oliveira.</p> | <p>14/12/22</p> |
| <p><u>PL 7926/2014</u></p> | <p>Do Tribunal de Contas da União - Altera dispositivos da Lei nº 11.950, de 17 de junho de 2009, e dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.</p> <p>RELATOR: Luiz Carlos Motta (PL-SP)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer, contra o voto do deputado Tiago Mitraud.</p> | <p>14/12/22</p> |

| PROPOSIÇÃO | EMENTA | VOTAÇÃO |
|-----------------------------------|--|-----------------|
| <p><u>PL 1183/2019</u></p> | <p>Da Sra. Fernanda Melchionna - Dispõe sobre a regulamentação do exercício das profissões de Conservador-Restaurador de Bens Culturais e de Técnico em Conservação-Restauração de Bens Culturais.</p> <p>RELATOR: Erika Kokay (PT-DF)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer, contra o voto do deputado Tiago Mitraud.</p> | <p>14/12/22</p> |
| <p><u>PL 232/2020</u></p> | <p>Do Sr. Bira do Pindaré - Altera a redação do art. 27 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para estabelecer o período de três contribuições mensais, a partir da nova filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, para que sejam contadas as contribuições anteriores à perda da qualidade de segurado.</p> <p>RELATOR: Mauro Nazif (PSB-RO)</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer, com complementação de voto, contra o voto do deputado Tiago Mitraud.</p> | <p>14/12/22</p> |
| <p><u>PL 5620/2020</u></p> | <p>Do Sr. Carlos Veras - Dispõe sobre a regulamentação do exercício das profissões de bartender, barman e barmaid.</p> <p>RELATOR: Erika Kokay (PT-DF)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com emenda.</p> <p>Aprovado o parecer, contra o voto do deputado Tiago Mitraud.</p> | <p>14/12/22</p> |
| <p><u>PL 1142/2022</u></p> | <p>Do Sr. Túlio Gadêlha - Institui adicional de periculosidade ao salário da profissão de porteiro.</p> <p>RELATOR: Bira do Pindaré (PSB-MA)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer, contra o voto do deputado Tiago Mitraud.</p> | <p>14/12/22</p> |

| PROPOSIÇÃO | EMENTA | VOTAÇÃO |
|-----------------------------------|--|-----------------|
| <p><u>PL 1974/2021</u></p> | <p>Do Sr. Glauber Braga e da Sra. Sâmia Bomfim - Dispõe sobre o instituto da Parentalidade em todo Território Nacional e altera as Leis 5.452, de 1º de Maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), 8112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores), 8212/1991 (Lei Orgânica da Seguridade Social), 8213/1991 (Regime Geral da Previdência Social) e 11770/2008 (Empresa Cidadã).</p> <p>RELATOR: Fernanda Melchionna (PSOL-RS)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer, contra o voto do deputado Tiago Mitraud.</p> | <p>14/12/22</p> |
| <p><u>PL 2062/2021</u></p> | <p>Do Sr. Carlos Henrique Gaguim - Cria o selo de responsabilidade social "Pró-Mulher", para concessão às empresas, às entidades governamentais e às entidades sociais que atuem no desenvolvimento de ações que envolvam a formação, a qualificação, a preparação e a inserção de mulheres vítimas de violência doméstica no mercado de trabalho.</p> <p>RELATOR: Mauro Nazif (PSB-RO)</p> <p>PARECER: pela aprovação deste e dos Projetos de Lei N°s 2.478/21 e 738/22, apensados, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer, contra o voto do deputado Tiago Mitraud.</p> | <p>14/12/22</p> |
| <p><u>PL 3022/2021</u></p> | <p>Do Sr. Alexandre Padilha - Altera a Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de técnico em Espetáculos de Diversões, e dá outras providências, para prever políticas de memória e preservação do conhecimento adquiridos por essas profissionais entre outros.</p> <p>RELATOR: Erika Kokay (PT-DF)</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer, contra o voto do deputado Tiago Mitraud.</p> | <p>14/12/22</p> |



Audiências
Públicas

Audiências públicas

Audiência Pública - 12/05/2022

Mudança na análise de benefícios previdenciários (MP1.113/22)

Requerimento nº 12/2022, do deputado Jones Moura (PSD/RJ)

Audiência Pública - 17/05/2022

Os impactos da privatização da Eletrobras

Requerimento nº 06/2022, do deputado Rogério Correia (PT/MG) e outros

Audiência Pública - 19/05/2022

Desenvolvimento Sustentável do Polo Gesseiro

Requerimento nº 110/2021, do deputado Túlio Gadêlha (REDE/PE)

Audiência Pública - 24/05/2022

Debater o reajuste dos Servidores Públicos Federais

Requerimentos nº 2 e 3/2022, dos deputados Paulo Ramos (PDT-RJ), Rogério Correia (PT-MG) e outros

Audiência Pública - 09/06/2022

Debate sobre o Setor Aquaviário e Praticagem

Requerimento nº 21/2022, do deputado Alex Fonteyne (NOVO/SP)

Audiência Pública - 22/06/2022

Criação do programa + Mulheres e jovens na Política MP nº 1.116/22

Requerimento nº 18/2022, do deputado Bohn Gass (PT/RS)

Audiência Pública - 28/06/2022

Debate sobre a proposta de regulamentar o lobby (PL4391/21)

Requerimento nº 31/2022, do deputado Augusto Coutinho (REPUBLICANOS/PE)

Audiência Pública - 30/06/2022

Debater a Resolução CNCP nº 53/22 - previdência complementar fechada

Requerimento nº 26/2022, do deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS) e outros

Audiência Pública Conjunta - 05/07/2022

Relação de emprego em aplicativos de transporte terrestre

Requerimentos nº 55/2021 - CDEICS e 43/2022 - CTASP, do deputado Augusto Coutinho (REPUBLICANOS/PE)

Audiência Pública - 07/07/2022

Reforma administrativa da Embrapa

Requerimento nº 30/2022, da deputada Erika Kokay (PT/DF)

Audiência Pública - 11/07/2022

Demandas dos servidores do Ministério do Trabalho e Previdência

Requerimentos nº 44 e 80/2022, dos deputados Leonardo Monteiro (PT-MG) e Fernanda Melchiona (PSOL-RS)

Audiência Pública - 14/07/2022

Combate ao trabalho escravo

Requerimento nº 122/2021, do deputado Rogério Correia (PT/MG)

Audiência Pública - 02/08/2022

A importância da Polícia Judicial

Requerimento nº 68/2022, das deputadas Soraya Manato (PTB/ES) e Paula Belmonte (CIDADANIA/DF)

Audiência Pública - 18/08/2022

Assédio sexual no ambiente de trabalho

Requerimento nº 88/2022, da deputada Erika Kokay (PT/DF)

Audiência Pública - 26/08/2022

Sustentabilidade do Fundo de Garantia

Requerimento nº 65/2022, do deputado Paulo Ramos (PDT/RJ)

Audiência Pública - 26/08/2022

Condições de trabalho na Fundação Nacional do Índio

Requerimento nº 73/2022, da deputada Erika Kokay

Audiência Pública - 21/09/2022

Discutir assédio moral no mundo do Trabalho

Requerimento nº 110/2022, da deputada Erika Kokay (PT/DF)

Audiência Pública - 08/11/2022

Debate do PLP 79/2022 sobre normas de fiscalização da Administração

Requerimento nº 106/2022, do Sr. Leônidas Cristino (PDT/CE)

Audiência Pública - 01/12/2022

Homenagem ao novo Marco legal do Saneamento

Requerimento nº 103/2022, do Sr. Alexis Fonteyne (NOVO/SP)

Audiência Pública - 05/12/2022

Condições de trabalho da Polícia Rodoviária Federal

Requerimento nº 92/2022, da Sra. Erika Kokay (PT/DF)

Audiência Pública - 08/12/2022

Recursos das Instituições Federais de Ensino Superior

Requerimento nº 116/2022, do Sr. Rogério Correia (PT/MG)

Audiência Pública - 12/12/2022

Piso salarial do farmacêutico

Requerimento nº 129/2022, do Sr. Ubiratan Sanderson (PL/RS)

Audiência Pública - 15/12/2022

Debate sobre o possível fechamento da Paranapanema

Requerimento nº 124/2022, do Sr. Daniel Almeida (PCdoB/BA)

Comparecimento de *Ministros* e *Seminários*



Comparecimento de *Ministros e* *Seminários*

Reunião de Comparecimento de Ministro Conjunta
- 11/05/2022

**Comparecimento do Ministro da Educação
Victor Godoy Veiga**

Requerimento nº 3/2022, do deputado Vanderlei Macris
(PSDB/SP)

Reunião de Comparecimento de Ministro -
31/05/2022

**Comparecimento do Ministro do Trabalho e
Previdência**

Reunião de Comparecimento de Ministro -
15/06/2022

**Ministro de Estado da Justiça e Segurança
Pública - caso Genivaldo**

Requerimento nº 48/2022 - CDHM, do deputado Túlio Gadelha (REDE/PE);

Requerimento nº 50/2022 - CDHM, das deputadas Talíria Petrone (PSOL/RJ) e Vivi Reis (PSOL/PA);

Requerimento nº 52/2022 - CTASP, dos deputados Erika Kokay (PT/DF), João Daniel (PT/SE), Leonardo Monteiro (PT/MG), Marcon (PT/RS), Rogério Correia (PT/MG), Vicentinho (PT/SP);

Requerimento nº 58/2022 - CTASP, do deputado Bira do Pindaré (PSB/MA)

Reunião de Comparecimento de Ministro -
05/07/2022

Audiência com o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga

Requerimento nº 1/2022 - CSSF, da deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ);

Requerimentos nº 8 e 16/2022 - CSSF e nº 8/2022 - CFFC, do deputado Jorge Solla (PT/BA);

Requerimento nº 6/2022 - CMULHER, da deputada Tabata Amaral (PSB/SP);

Requerimento nº 35/2022 - CFFC, do deputado Elias Vaz (PSB/GO);

Requerimento nº 67/2022 - CTASP, do deputado Bira do Pindaré (PSB/MA);

Requerimento nº 24/2022 - CDC, do deputado Felipe Carreras (PSB/PE)

Seminário Conjunto - 06/07/2022

Marco do Fomento à Cultura (PL 3905/21): uma construção necessária

Requerimento nº 27/2022 - CCULT, da deputada Áurea Carolina (PSOL-MG) e outros

Requerimento nº 64/2022 - CTASP, da deputada Fernanda Melchiona (PSOL-RS) e outros

Seminário Conjunto - 29/11/2022

Autonomia econômica feminina e combate à violência doméstica

Seminário - 30/11/2022

II Seminário Trabalhista do Transporte Rodoviário de Cargas

Requerimento nº 93/2022 - do deputado Lucas Gonzalez (NOVO/MG)

Outros eventos

Mesa Redonda - 20/06/2022

Debate sobre os serviços prestados pela Enel - RJ

Requerimento nº 1/2022, do deputado Paulo Ramos (PDT/RJ)

Reunião Técnica - 14/07/2022

Situação dos pescadores atingidos pela barragem de Mariana

Requerimento nº 32/2022, do deputado Neucimar Fraga (PP/ES)

Secretaria Executiva

Equipe técnica

Marcelo Augusto Coelho da Silva (Secretário-Executivo de Comissão)
Adiel Lopes dos Santos (Chefe do Serviço de Comissão)
Fredo Ebling Júnior (Chefe da Seção de Gestão de Proposição)
Honejohnny Pereira da Silva (Chefe da Seção de Gestão de Reunião)
Rui Alexandre Barbachan (Assistente de Comissão)
André Luis Rodrigues Correa Pinto (Analista Legislativo)
Tatiana Guedes Cunha (Assistente Técnico de Gabinete Adjunto)
Gabriel Ronan da Silva Santos (Assistente Técnico de Comissão Adjunto)
Maria Izabete dos Santos (Assistente Técnico)
Greta Maria Rodrigues Emygdio de Castro (Assistente Técnico)

Produção, apuração e redação

Maria Clara Jácome Martinez (Estagiária de Jornalismo)

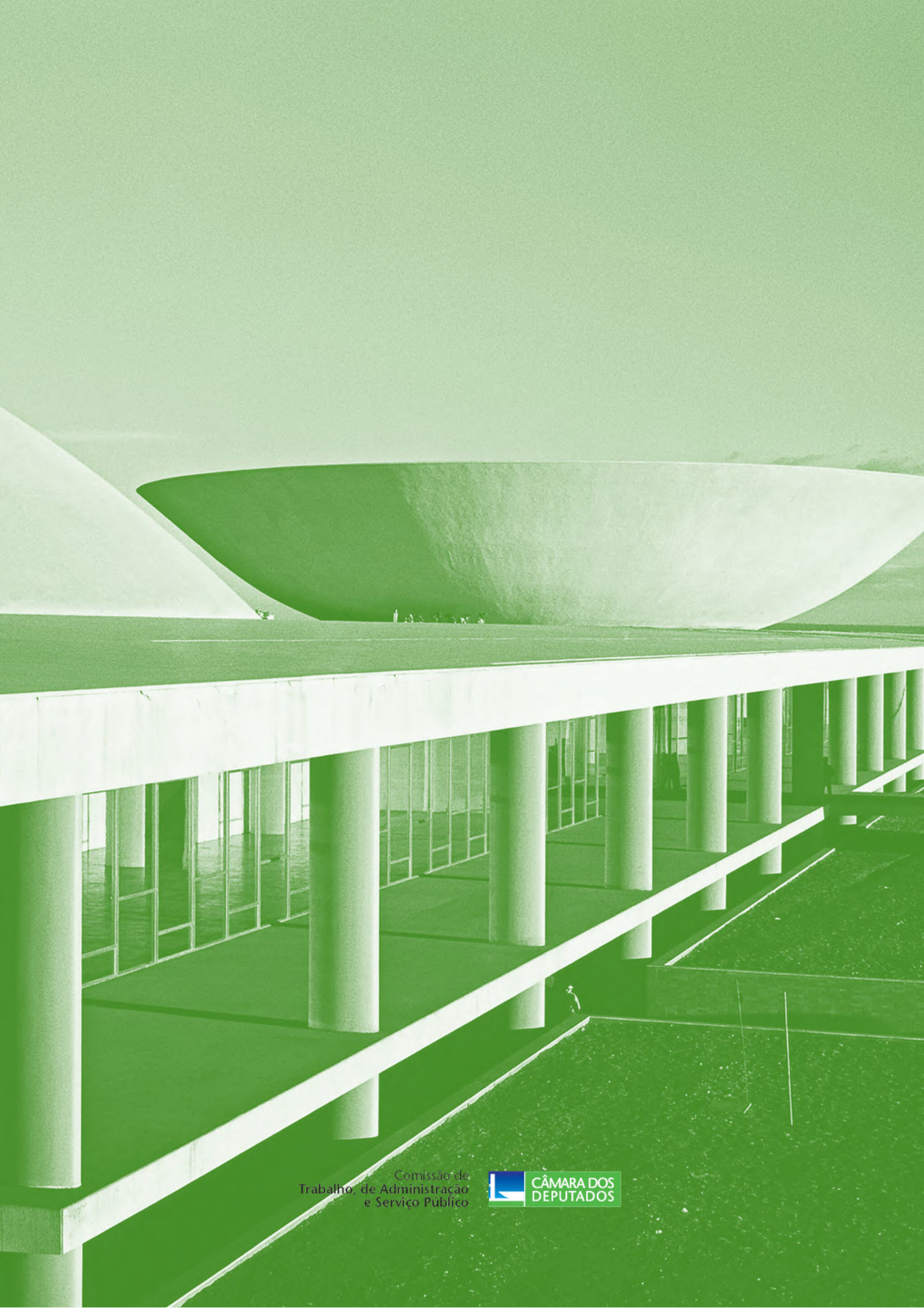
Imagens

Billy Boss/Câmara dos Deputados
Elaine Menke/Câmara dos Deputados
Pablo Valadares/Câmara dos Deputados
Wesley Amaral/Câmara dos Deputados
Alan Rones/Câmara dos Deputados
Leonardo Sá/Agência Senado
Arquivo/Câmara dos Deputados
Marcel Gautherot

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Anexo II, Térreo, Ala C, sala 50
CEP 70.160-900 - Brasília/DF
Telefones: (61) 3216-6800/6819
E-mail: ctasp.decom@camara.leg.br



Comissão de
Trabalho, de Administração
e Serviço Público



CÂMARA DOS
DEPUTADOS